

Notícias Federais

Assuntos Econômicos.....	4
<i>Órgão de proteção ao crédito terá 48 horas para corrigir erros sobre consumidor</i>	<i>4</i>
<i>CNI participa de seminário da ANVISA</i>	<i>4</i>
<i>Decisões dos órgãos de Defesa do Consumidor não poderão ser consideradas título executivo extrajudicial.....</i>	<i>5</i>
<i>Parlamentares e produtores querem rever restrições à produção sucroalcooleira</i>	<i>6</i>
<i>Plenário da Câmara aprova MP que trata de Subvenções econômicas para microcrédito produtivo e estocagem de álcool combustível.....</i>	<i>7</i>
<i>Indústria terá que imprimir validade dos medicamentos de forma clara</i>	<i>8</i>
<i>Seguridade aprova bula obrigatória em remédio manipulado</i>	<i>8</i>
<i>Divulgação de dados estatísticos do comércio Exterior</i>	<i>9</i>
<i>Conselho lança estudo sobre assistência tecnológica às microempresas</i>	<i>10</i>
Infraestrutura.....	11
<i>Senado aprova a Lei Geral da Copa</i>	<i>11</i>
Meio Ambiente.....	11
<i>Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas discute o pagamento por serviços ambientais.....</i>	<i>11</i>
<i>CMA do Senado Federal sedia Diálogos sobre o Protocolo de Nagóia</i>	<i>13</i>
<i>CME rejeita projeto que trata das cavidades naturais subterrâneas</i>	<i>14</i>
<i>Economia Verde será debatida na Comissão de Finanças com a participação da CNI</i>	<i>15</i>
<i>Comissão rejeita isentar reforma de pneu de taxa ambiental</i>	<i>15</i>
<i>CCAS rejeita projeto sobre recolhimento e destinação final de pilhas e baterias usadas</i>	<i>16</i>

Tributos..... 17

<i>CNI participa de debates sobre as Medidas Provisórias que integram o Plano Brasil Maior 2.....</i>	<i>17</i>
<i>Projeto permite ampliação de gastos de estados e municípios com pessoal.....</i>	<i>18</i>
<i>Governo Federal estabelece novas regras para a remuneração da Caderneta de Poupança</i>	<i>18</i>
<i>Aprovada prorrogação de isenção de tributos sobre pão e trigo.....</i>	<i>19</i>
<i>Estados cortam gasto e repasses com fim da ‘guerra dos portos’</i>	<i>21</i>
<i>Baixar os juros é tarefa de todos</i>	<i>22</i>
<i>Estados deverão repartir ICMS da venda pela internet</i>	<i>24</i>
<i>Comissão de Justiça aprova a PEC que trata da destinação de ICMS quando o fato gerador se der por comércio eletrônico.....</i>	<i>25</i>

Política Social..... 26

<i>PEC da Música é aprovada na Comissão de Justiça</i>	<i>26</i>
<i>Comissão aprova valorização de música regional na lei Rouanet.....</i>	<i>27</i>

Relações de Trabalho..... 27

<i>Anteprojeto adequará CLT a legislação mais moderna, diz assessora</i>	<i>27</i>
<i>CE analisa concessão de bolsas de estudo aos trabalhadores pelas empresas</i>	<i>28</i>
<i>CAS vota projeto que disciplina o abandono de emprego</i>	<i>29</i>
<i>Álvaro Dias propõe igualar remuneração do FAT, FGTS e poupança às taxas de juros do mercado.....</i>	<i>30</i>
<i>TST afasta vínculo de emprego de terceirizado</i>	<i>31</i>
<i>60% dos registros em ponto eletrônico não têm valor, diz CNI</i>	<i>31</i>
<i>A reforma trabalhista</i>	<i>32</i>
<i>Gastos com formação profissional poderão ser deduzidos como despesa operacional na apuração do lucro real.....</i>	<i>33</i>
<i>CTASP rejeita obrigatoriedade de informação sobre recolhimento da contribuição previdenciária.....</i>	<i>34</i>

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos.....	34
<i>Paraná discute critério sobre doações de terrenos para indústrias</i>	<i>34</i>
<i>Defesa do Consumidor discute projetos de lei com setor supermercadista</i>	<i>35</i>
<i>Comissão apresenta emenda contra venda casada em "fast-foods"</i>	<i>35</i>
<i>Estado anistia 16 mil contribuintes.....</i>	<i>36</i>
Meio Ambiente.....	37
<i>Comissões discutem inspeção de pulverizadores de agrotóxicos com entidades do setor agrícola.....</i>	<i>37</i>
<i>Deputados aprovam projeto que cria carreira própria da ADAPAR</i>	<i>38</i>
<i>Primeira diretoria da Agência de Defesa Agropecuária toma posse.....</i>	<i>39</i>
Infraestrutura.....	40
<i>Seguro-desemprego e acesso a inovação preocupam empresários da construção civil.....</i>	<i>40</i>
<i>Deputados aprovam Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis</i>	<i>41</i>
Questões Institucionais.....	42
<i>FIEP lança Agenda Legislativa da Indústria 2012</i>	<i>42</i>

Notícias Federais

Assuntos Econômicos

Direito do Consumidor

Órgão de proteção ao crédito terá 48 horas para corrigir erros sobre consumidor

Os órgãos de restrição ao crédito vão dispor de até dois dias para comunicar a clientes a correção de informação inexata transmitida a respeito dos consumidores. Projeto nesse sentido foi aprovado, por unanimidade na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Atualmente, os órgãos têm até cinco dias úteis para comunicar essa correção. O texto inicial do PLS 329/2012 sugeria a redução para 24 horas. Para o autor, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), o prazo vigente é muito longo quando são consideradas as condições tecnológicas atuais, em que as comunicações acontecem quase em tempo real. Nesse período, afirma o senador, o consumidor pode sofrer danos irreversíveis, “muitos negócios deixam de ser realizados e muitos contratos são inviabilizados”. Entretanto, o relator do projeto, senador Lobão Filho (PMDB-MA), achou o prazo proposto por Valadares curto e inicialmente votou pela rejeição do projeto.

O senador Aníbal Diniz (PT-AC) apresentou voto em separado, em que recomendou a aprovação do projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) com uma emenda que aponta a solução intermediária de dois dias úteis para as comunicações sobre alterações de erros. A proposta de Aníbal foi aprovada por unanimidade, contando inclusive com o voto do senador Lobão Filho, que considerou o prazo de dois dias razoável.

Pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC), o consumidor sempre poderá ter acesso a dados e informações sobre ele, sejam pessoais ou de consumo, cadastrados nos órgãos de restrição de crédito – como a Serasa e o SPC. Se identificar erros, ele poderá exigir imediata correção. É a partir desse pedido que o órgão de restrição de crédito passará a ter dois dias para comunicar as alterações aos eventuais destinatários das informações incorretas, se o projeto for transformado em lei.

Fonte: Agência Senado

CNI participa de seminário da ANVISA

A ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária - promove durante esta semana no Congresso, seminários e audiências públicas. Seminário sob o tema “A ANVISA e o

Desenvolvimento Social e Econômico do Brasil” aconteceu hoje com a participação de representantes de vários ministérios e da Confederação Nacional da Indústria.

A CNI foi representada pela Diretora de Relações Institucionais Mônica Messenberg Guimarães discorreu sobre os desafios da regulação sanitária e o desenvolvimento econômico e Social, apontando os resultados preliminares da aproximação CNI – ANVISA e uma agenda permanente de ações entre as duas entidades.

Os primeiros passos de aproximação resultaram AM visita institucional da CNI a ANVISA, a formulação de uma Agenda Propositiva e realização do I Workshop CNI-Anvisa. Anunciou para mais adiante, a formulação de uma Agenda sobre modernização do marco regulatório, um primeiro Seminário e por fim a assinatura de Termo de Cooperação Técnica.

Acordo, segunda Mônica, será assinado em junho e formalizará a cooperação entre as duas instituições.

A parceria prevê, entre outras ações, que a CNI realize análises de impacto regulatório com o setor industrial. Essas análises, que têm como base metodologia adotada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), são feitas a partir de consultas ou pesquisas com as indústrias sobre regras que a Anvisa pretende adotar.

De acordo com Mônica Messenberg, a CNI ajudará a Anvisa a construir regras claras, transparentes e eficientes, porque as questões de vigilância sanitária têm forte impacto na competitividade industrial.

“Uma economia robusta precisa de uma indústria forte e, para isso, é preciso construir um marco regulatório que apóie o desenvolvimento econômico”.

A parceria entre as duas instituições será formalizada no Seminário CNI-Anvisa, que deve ocorrer no dia 13 de junho, na sede da CNI, em Brasília. Na ocasião, a Anvisa apresentará os resultados de propostas feitas pela CNI para melhorar as regras sanitárias nas indústrias de produtos médicos, cosméticos, alimentos, agrotóxicos e cigarros, além de sugestões para simplificar processos e reduzir prazos para registros de produtos na Anvisa.

Fonte: CNI

Decisões dos órgãos de Defesa do Consumidor não poderão ser consideradas título executivo extrajudicial

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado Federal rejeitou o PLS 320/201, que considera título executivo extrajudicial a decisão definitiva e líquida favorável ao consumidor exarada por órgão ou entidade estadual de defesa do consumidor, nos termos do parecer do senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA), que se manifestou pela rejeição.

A proposta apresentada fere frontalmente os princípios do devido processo legal, da ampla defesa, da razoabilidade e do acesso à Justiça, pois, dentre outras circunstâncias de fato e de direito que podem gerar legítimos questionamentos judiciais: (I) retira a possibilidade de discussão, pela empresa denunciada; (ii) dos aspectos da legalidade da decisão administrativa, com força de título extrajudicial; (iii) da razoabilidade de eventual multa

aplicada; (iv) da competência da autoridade emissora da decisão; (v) da efetiva ocorrência do fato.

A proposição será arquivada, se não for apresentado recurso para levar a matéria à votação do plenário do Senado.

Fonte: CNI

[Política Industrial](#)

Parlamentares e produtores querem rever restrições à produção sucroalcooleira

Parlamentares, produtores e representantes do governo apostam no diálogo para a solução de impasses em torno da produção de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal. Em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, para discutir as restrições à produção sucroalcooleira, os produtores criticaram o decreto de Zoneamento Agroecológico da Cana-de-Açúcar (Decreto 6.961/09). A principal reclamação é a de que o decreto não inclui os biomas amazônico e pantaneiro nem a bacia do Alto do Rio Paraguai. Além disso, a resolução 3.813/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN) proíbe a concessão de crédito rural para a produção canavieira nessas áreas.

O deputado Nilson Leitão (PSDB-MT) sugeriu a criação de uma subcomissão de parlamentares para negociar com o governo a revisão do decreto e da resolução do CMN. "Esse debate tem que ocorrer urgentemente para o bem do Brasil, que hoje está importando etanol dos Estados Unidos. Nós queremos o plantio de cana em áreas consolidadas de segundo plantio: se o produtor não quiser mais criar boi e quiser plantar cana, então, ele planta cana naquela área que já está aberta. O que não aceitamos é esse veto, que não tem nenhum cunho ambiental".

O diretor de zoneamento territorial do Ministério do Meio Ambiente, Adalberto Eberhard, assinalou que eventuais mudanças nos documentos têm que levar em consideração a fragilidade dos biomas. "Quando as pessoas se sentam sobre uma posição de que tal atividade não vai prejudicar a Amazônia, essa é uma posição emocional, porque o conteúdo técnico-científico eles também não têm para colocar sobre a mesa. Enquanto houver o decreto, o ministério tem que cumprir o decreto, mas queremos e estamos aptos e prontos a dialogar, a procurar soluções e para que a Embrapa e o Ministério da Agricultura se mobilizem".

Os representantes do governo admitiram que os documentos, assinados em 2009, foram resultado de decisão política do Governo Lula diante do descontrole interno entre a produção de açúcar e álcool e das pressões internacionais sobre o elevado desmatamento da Amazônia Legal.

O diretor-executivo do Sindicato das Indústrias Sucriças de Mato Grosso, Jorge dos Santos, reclamou que, na época, o setor foi surpreendido com o decreto. "A cana foi demonizada no Mato Grosso".

Impacto imediato: Além de aumentar o preconceito contra o setor sucriço, o impacto na economia dos estados da região teria sido imediato, como sintetiza o coordenador do projeto de melhoramento genético da cana da Universidade Federal do Mato Grosso, Antonio Iaia. "A partir do momento em que se estabelece uma restrição, os empresários não se sentem seguros de ir para esses lugares porque seus projetos não são aprovados. Em Mato Grosso, havia seis projetos em fase de estudo avançado para implantação que não foram implantados devido a esse decreto. Dois praticamente já estavam com o EIA-RIMA [Estudo e Relatório de Impacto Ambiental] aprovado. Isso acabou migrando para outras regiões".

Antonio Iaia lembrou que, das nove unidades de produção sucriça do Mato Grosso (quatro estão produzindo açúcar e álcool ao mesmo tempo; e cinco, só álcool), seis ocupam áreas da bacia do rio Paraguai e dos biomas amazônico e pantaneiro. Segundo ele, essas usinas existem desde a década de 1980 e ocupam hoje 231 hectares.

Iaia ressaltou que o cultivo da cana tem baixo impacto ambiental: o maior problema estaria nos resíduos (vinhaça e bagaço), para os quais já existem tratamentos mitigatórios satisfatórios. Para ele, as restrições feitas pelo governo não têm fundamento técnico.

O deputado Nilson Leitão acrescentou que o cultivo da cana é rentável e gera mais emprego do que a pecuária e a produção de soja.

Sugestões: Parlamentares, empresários e produtores da região Norte também relataram perdas graves para a economia e para as pesquisas de mitigação do impacto ambiental do cultivo de cana. Ministro da Agricultura na época de assinatura do decreto, o deputado Reinhold Stephanes (PSD-PR) disse ter sido contra a restrição e propôs a rediscussão dos textos em padrões de sustentabilidade socioambiental.

Representantes dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento ressaltaram que as políticas públicas em curso se esforçam em fazer do setor sucriço o mais sustentável possível.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Plenário da Câmara aprova MP que trata de Subvenções econômicas para microcrédito produtivo e estocagem de álcool combustível

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou, por unanimidade, a Medida Provisória 554/2011, que trata de subvenções econômicas para microcrédito produtivo e estocagem de álcool combustível.

A MP autoriza a União a conceder subvenções econômicas, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas as instituições financeiras para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado, e sob a modalidade

de equalização de taxa de juros, nas operações de financiamento para estocagem de álcool combustível.

A Medida Provisória 554/2011 será encaminhada para o Senado Federal.

Fonte: CNI

Indústria terá que imprimir validade dos medicamentos de forma clara

A impressão do número do lote e da data de fabricação e validade do produto, de forma facilmente legível e compreensível, será obrigatória nos rótulos dos medicamentos. Projeto nesse sentido foi aprovado, em decisão terminativa e por unanimidade pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado.

De autoria do ex-senador Papaléo Paes, o projeto (PLS 259/08) estabelece que essas informações sejam impressas em caracteres cujas características ainda serão definidas por organismo competente. Pelo texto, fica vedado o uso exclusivo de relevo negativo ou positivo sem cor ou com cor que não ofereça nítido e permanente contraste com a da embalagem.

O mesmo projeto estabelece que serão acrescentadas informações, em português, sobre composição, indicação, modo de usar, número do lote e data de fabricação e validade nos rótulos e embalagens de produtos importados, cuja comercialização no mercado interno independa de prescrição médica.

Ao justificar o projeto, Papaléo Paes disse que o tipo de impressão encontrado nos medicamentos facilita a venda de produtos com validade vencida.

Relator do projeto, o senador Blairo Maggi (PR-MT) reconheceu a gravidade dos problemas decorrentes da ingestão de medicamentos com validade vencida. Ele disse que o consumidor merece maior proteção e que, convertido em lei, esse projeto vai conferir maior tutela ao consumidor. Maggi apresentou três emendas de redação do texto, que também foram aprovadas pela CMA.

Fonte: Agência Senado

Seguridade aprova bula obrigatória em remédio manipulado

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou proposta que obriga as farmácias de manipulação a incluírem bula em seus medicamentos. O folheto deverá conter dados como contraindicações ao uso do remédio, possíveis interações medicamentosas e posologia para cada caso. A medida está prevista no Projeto de Lei 856/07, do deputado Neilton Mulim (PR-RJ).

A proposta foi aprovada na forma de um substitutivo do relator, deputado Mandetta (DEM-MS).

O relator excluiu a obrigatoriedade de confecção das bulas para as chamadas ervanárias, que vendem plantas medicinais. "As plantas medicinais, conforme orienta a Organização Mundial da Saúde (OMS), devem seguir uma regulamentação diferente daquela dos medicamentos,

considerando as características culturais e os costumes de cada comunidade ou região e, em especial, a segurança em seu uso”, afirmou.

Simplificação: O substitutivo também simplifica as regras de itens obrigatórios nas bulas. Pelo texto, são necessárias informações sobre: composição do medicamento; dados técnicos; indicações e contra-indicações; uso do medicamento durante a gravidez e lactação; precauções e advertências; interações medicamentosas; reações adversas; posologia e superdose; pacientes idosos; e venda sob prescrição médica.

O projeto original detalhava 11 itens obrigatórios às bulas, como a necessidade de guardar o medicamento em embalagem original e ao abrigo da luz e de mantê-lo longe de pias e lavatórios. “Essa é uma inadequação, já que a listagem exaustiva das informações é tema típico de atos regulamentares e deve ser definida em normas infralegais. Dessa forma, a autoridade sanitária pode rapidamente alterá-las, assim que o avanço técnico e científico ou o conhecimento e a experiência derivados do uso de cada substância o exigir”, argumentou.

Tramitação: A proposta, que tramita em caráter conclusivo, será analisada ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

[Comércio Exterior](#)

Divulgação de dados estatísticos do comércio Exterior

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio da Câmara (CDEIC) realizou Audiência Pública para debater o PLP 90/11, da autoria do Deputado Zeca Dirceu (PT/PR), dispendo sobre divulgação de dados estatísticos do Comércio Exterior pela Poder Público.

Em síntese, o PLP permite que, independentemente de autorização judicial, a Fazenda Pública divulgue informações adquiridas sobre as operações de importação e exportação realizadas por qualquer pessoa jurídica e/ou física. A divulgação obedecerá aos seguintes preceitos: (i) deverá constar o nome das pessoas físicas ou jurídicas e sua respectiva identificação Fiscal; e (ii) as operações de importação deverão ser individualizadas por empresa tanto quanto possível.

Participaram como convidados expositores:

- Roberto Jorge Enrique de Souza Dantas, Diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - DEPLA/MDIC;
- Ronnie Sá Pimentel - Consultor da Unidade de Comércio Exterior - COMEX da Confederação Nacional da Indústria-CNI;
- Domingos Mosca, Coordenador da Área Internacional da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção - ABIT;
- Pedro Armengol, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT;

- Carlos Cavalcante De Lacerda, Secretário de Relações Institucionais da Força Sindical Nacional – FS.

Roberto Dantas, representante do Ministério do Desenvolvimento, disse que a divulgação de dados diários pode comprometer a confiabilidade das informações. É necessário mais tempo para o Ministério apresentar informações com um nível de segurança maior, sustentou.

Roberto Dantas, no entanto, afirmou que o Brasil já é o único a divulgar com uma boa periodicidade dados parciais da balança comercial. Em relação a um detalhamento maior das informações, ele afirmou que a divulgação individualizada, ao nível de empresa importadora ou exportadora, não é praticada pelos Estados Unidos nem pela União Européia. “Alem disso, o Código Tributário Nacional tem dispositivos que nos impedem divulgar dados sobre o sigilo fiscal das empresas”.

A posição do representante do governo foi contestada pelo representante da CNI, Ronnie Sá Pimentel, alegando que aumentar o nível de informações pode, ao contrário, garantir mais segurança ao desenvolvimento da indústria brasileira e permitir ao poder público um controle maior sobre práticas comerciais desleais envolvendo esse tipo de atividade.

Ronnie Sá destacou que é prerrogativa da CNI defender a indústria nacional de ameaças ilegais e desleais praticadas por atores (públicos e privados) do cenário internacional através de mecanismos de controle e monitoramento do comércio exterior, mas, sobretudo é objetivo compartilhar com o governo a defesa do País. Aumentar o nível de informação para avaliação e formulação de respostas rápidas aos desvios de comércio pode garantir maior segurança ao desenvolvimento da indústria brasileira e defender um ambiente de comércio justo e leal.

Domingos Mosca, representante da ABIT, disse que o PLP em apreço traria como benefícios uma garantia jurídica no fornecimento dos dados de comércio exterior; transparência na divulgação dos dados, ensejando a tomada de medidas corretivas na defesa dos legítimos interesses nacionais; e segurança para as autoridades públicas para focarem com grande precisão as operações de comércio exterior com evidências de irregularidades, conferindo uma maior agilidade e eficiência.

Os representantes Sindicais presentes também concordaram com o mérito do PLP, afirmando que traria benefícios para a classe trabalhadora.

O Dep. Renato Molling (PP/RS), participante dos debates, defendeu a divulgação individualizada das informações por acreditar que ela gera um processo colaborativo entre empresas e o poder público.

Fonte: CNI

[Microempresa](#)

Conselho lança estudo sobre assistência tecnológica às microempresas

O Conselho de Altos Estudos e Avaliação Tecnológica lança seu 9º Caderno de Estudos, intitulado Assistência Tecnológica às Micro e Pequenas Empresas.

A publicação, coordenada pelo deputado Ariosto Holanda (PSB-CE), consolida estudo iniciado em abril de 2010, relacionado a ações que promovam a redução da mortalidade dos pequenos empreendimentos e o apoio a sua qualificação tecnológica.

Para a consolidação do diagnóstico e das proposições formuladas, foi realizado em agosto de 2011 o Seminário Extensão Tecnológica no Brasil, que contou com a participação de órgãos como CNPq, IPEA, SEBRAE, SENAI, FINEP e Embrapa, além do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão e do Fórum de Extensão da Rede de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

O resultado do estudo encontra-se reunido no volume com a apresentação de duas propostas legislativas: uma indicação e um projeto de lei que procuram definir políticas públicas voltadas ao fortalecimento e à modernização do segmento e para implantação de um grande programa de extensão tecnológica.

Para isso, propõe-se a criação de uma Rede de Centros de Assistência Tecnológica operados por instituições acadêmicas como universidades, institutos federais de ensino tecnológico e institutos de pesquisa.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Infraestrutura

Senado aprova a Lei Geral da Copa

O Plenário do Senado aprovou o PLC 10 de 2012 - Lei Geral da Copa - que dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA de 2013 e regras para a realização da Copa do Mundo de 2014. O texto do Senado manteve o que anteriormente havia sido aprovado pela Câmara. Ficou mantida no texto a suspensão da proibição de bebidas alcoólicas em estádios durante os jogos.

O projeto vai à sanção presidencial.

Fonte: CNI

Meio Ambiente

Comissão Mista Permanente de Mudanças Climáticas discute o pagamento por serviços ambientais

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas – CMMC realizou audiência pública para debater o pagamento por serviços ambientais (PSA) como mecanismo para o financiamento da proteção do meio ambiente. A audiência contou com apresentações do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (CDS/UnB), da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente (SBF/MMA), da Agência Nacional de Águas (ANA) e da ONG The Nature Conservancy (TNC).

O deputado Márcio Macêdo (PT/SE), presidente da CMMC, iniciou a audiência destacando a importância dos serviços prestados pelos ecossistemas, tais como regulação do clima, proteção da biodiversidade, fornecimento de água, madeira e outras matérias-primas e manutenção das belezas cênicas. Ressaltou, porém, que os mecanismos de mercado nem sempre garantem a manutenção desses serviços ambientais e, diante de algumas mudanças que são irreversíveis, é necessário precificar os serviços dos ecossistemas, remunerar quem os conserva e responder às questões do seu valor intrínseco, de quem irá avaliar e de quem vai pagar. Por fim, citou os projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional, em particular o PL 792/2007 que tem sido o texto base das negociações (que é um projeto da Agenda Legislativa da Indústria de 2012).

Saulo Rodrigues Filho, Diretor do CDS/UnB, destacou que o PSA é uma modalidade dentre as ferramentas de promoção da gestão ambiental conhecida como instrumentos econômicos. É um Instrumento de mercado, de adesão voluntária e que complementa os instrumentos de comando em controle. Esse caráter necessariamente voluntário é fundamental, segundo ele, para corrigir a falha de mercado que não remunera as atividades que conciliam a produção com a proteção ambiental. Em seguida, citou as situações que se beneficiariam com um marco regulatório que promova o PSA, como a agricultura baseada em sistemas agroextrativistas e agroflorestais e ações de mitigação dos gases de efeito estufa e adaptação das populações vulneráveis.

Roberto Cavalcanti, Secretário da SBF/MMA, fez uma revisão do conceito e da aplicação do PSA, destacando os instrumentos já existentes que o poder executivo pode colocar à disposição do Parlamento e demais atores da sociedade para balizar a regulamentação da matéria, bem como o papel do governo como eventual gestor do Fundo que disponibilize recursos necessários para sua implantação.

Ratificou as considerações do deputado sobre serviços ambientais, de que se trata de uma externalidade de mercado positiva associada a um serviço público, mas pelo qual o provedor atualmente não recebe e o usuário não paga. Dentre as iniciativas já existentes citou o Programa Pro-ambiente do MMA e o Programa Produtores de Água da ANA, no âmbito federal, e os programas estaduais BioClima (PR), Bolsa- Verde (MG) e Minas D'Água (SP).

Albano Araujo, representante da TNC, trouxe o exemplo prático do Programa dos Produtores de Água na região de Extrema (MG), em 2008, em parceria com a ANA. Acredita que um grande desafio da legislação será a valoração do serviço ambiental, que deverá se situar entre o custo de oportunidade de se utilizar a área e o valor que o sistema de PSA terá de condição de pagar; e a reconciliação dos valores deverá ser financiada pelo Fundo proposto. Por fim, destacou que o PSA não pode ser considerado um subsídio, defendeu projetos de PSA de longo-prazo (para dar segurança à adesão voluntária), esclareceu que PSA não é a única forma de remunerar a conservação (existem outros mecanismos de benefícios e créditos) e manteve a prioridade dada ao pequeno produtor e proprietário rural, embora os grandes também possam se beneficiar (desde que não inviabilize a remuneração dos pequenos).

Vicente Andreu, Diretor Presidente da ANA, tratou do PSA sob o ponto de vista da garantia da regularidade, principalmente no caso de recuperação de áreas degradadas onde é fundamental assegurar a regularidade e longevidade do pagamento por iniciativas tomadas

voluntariamente. Introduziu no debate a questão da renovação das concessões do setor elétrico, por acreditar que, no seu vencimento, há uma oportunidade singular obter recursos para o financiamento dos PSA por meio da apropriação social da amortização do investimento. Informou que a ANA está fazendo uma proposta ao MMA de que os recursos dessa apropriação, que podem chegar a R\$ 2 bilhões nos próximos 5 anos, sejam direcionados ao PSA para programas como os produtores de água. Outra possibilidade seria utilizar a parcela de 6% que se paga aos estados e municípios a título de CFRH nos casos de hidrelétricas situadas nas proximidades de terras indígenas e de unidades de conservação.

Ao final da sessão, o deputado Márcio Macêdo (PT/SE), presidente da CMMC, apresentou proposição, aprovada pelos membros da comissão, para que sejam enviados aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados requerimentos solicitando urgência na tramitação, respectivamente, do PLS 309/2010 e do PL 792/2007 que tratam da matéria.

Fonte: CNI

CMA do Senado Federal sedia Diálogos sobre o Protocolo de Nagóia

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado sediou o seminário internacional “Diálogos sobre o Protocolo de Nagóia”. O evento, organizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), por meio da sua Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF), teve por objetivo debater o acordo internacional no contexto dos diálogos setoriais entre o Brasil e a União Européia.

O Protocolo de Nagóia trata do acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados e da repartição justa e equitativa dos benefícios advindos de sua utilização. Ele resultou da 10ª Conferência das Partes da Convenção da Biodiversidade Biológica (CDB), em Nagóia, Japão, em 2010, e foi firmado pelo Brasil e outros países em fevereiro de 2011, nas Nações Unidas. Ele estabelece um tratado sobre a biodiversidade no qual as nações signatárias reconhecem o direito de cada país sobre a sua riqueza natural.

Em 2012, caberá ao Congresso Nacional ratificar o acordo internacional, bem como apreciar e aprovar os mecanismos legais que irão regulamentar, no Brasil, a implantação dos preceitos e compromissos nele contidos. Esse é um tema de fundamental interesse para diversos setores da indústria nacional, como os de biotecnologia, biocombustíveis, fármacos, cosméticos e alimentos, e permitirá o uso econômico sustentável dos recursos que constituem a rica biodiversidade brasileira.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) compôs a mesa de abertura com Roberto Cavalcanti, secretário da SBF/MMA, Anthony Gross, mediador dos debates e consultor do MMA, e Carlos Joly, do Departamento de Políticas e Programas Temáticos do MCTI. Em seguida, as apresentações que orientaram os debates foram feitas por Geoff Burton, pesquisador da Universidade das Nações Unidas, Matthias Buck, especialista em acordos multilaterais da Comunidade Européia, e Fernando Coimbra, da Assessoria Internacional do MMA.

O senador Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) destacou a importância desse evento às vésperas da Rio+20, pois o uso inteligente e sustentável da biodiversidade é um pressuposto de uma

economia verde. A preservação e o conhecimento da biodiversidade são fundamentais, mas o uso sustentável dependerá do desenvolvimento de tecnologia que agregue valor e produza riqueza para o País. Já Roberto Cavalcanti e Carlos Joly, representando o governo, identificam o tema como fundamental para o país, e que a implantação do protocolo está na estratégia nacional de ciência e tecnologia para os próximos cinco anos. Porém, é preciso um acordo no parlamento para a modernização da medida existente. Segundo eles, já temos um aprendizado que permite que o Brasil tenha uma legislação moderna que facilita o desenvolvimento da indústria de biotecnologia do século XXI. O protocolo regulamenta a matéria em nível internacional, o que fornece muito mais flexibilidade. 5

Geoff Burton explicou que o Protocolo tem três objetivos: conservação, uso sustentável, e que os países tenham direito a uma repartição justa dos recursos. Destacou como ele incentiva a pesquisa e ajuda no combate à biopirataria. E parabenizou o Brasil pelo seu papel de liderança regional e por convencer as partes de que o novo instrumento precisa ter dispositivos vinculantes, para que possa ser efetivo, mas flexíveis, para que cada país fica livre para decidir como vai implantá-lo.

Matthias Buck apresentou os trabalhos para a elaboração da legislação europeia de implantação do protocolo. Destacou o diálogo bastante estreito com o Brasil a respeito dessas negociações, e que a cooperação entre ambos foi fundamental para transpor alguns dos obstáculos e conseguir um tratado exitoso. O protocolo dá aos governos a oportunidade de se engajar com as diversas partes interessadas, desenvolver setores como o de biotecnologia, e fomentar a inovação. É também uma ferramenta que maximizará a pesquisa, pois assegura que os benefícios advindos delas retornarão para as comunidades originárias do conhecimento.

Fernando Coimbra discutiu os impactos da implantação do protocolo sob a perspectiva brasileira, como provedor de recursos biológicos. Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, o objetivo foi priorizar a repartição justa e equitativa dos benefícios: acesso, transferência e apropriação. Isso vai permitir uma estratégia de conservação e uso sustentável que respeite as populações que vivem desses recursos e também estimule a utilização desses recursos pela indústria. Concluindo, disse que alguns dispositivos, como os de transferência de tecnologia, ficaram aquém do que o Brasil gostaria, mas que o protocolo ajuda no desenvolvimento da ciência e da indústria, dando valor a diversidade, e poderá ajudar também a solucionar a crise de perda significativa da biodiversidade.

Fonte: CNI

CME rejeita projeto que trata das cavidades naturais subterrâneas

A Comissão de Minas e Energia (CME) da Câmara dos Deputados aprovou o parecer do deputado Luiz Argôlo (PP/BA) pela rejeição do PL 855/2011. O projeto, de autoria do deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT), altera a Lei do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (nº 9.985/00) para determinar que as cavidades naturais subterrâneas constituam patrimônio nacional, cabendo à União identificar e delimitar os sítios

espeleológicos existentes no território nacional, para sua transformação em Áreas de Proteção Ambiental (APA). O projeto consta da Agenda Legislativa da Indústria de 2012.

Em seu parecer o relator argumenta o Decreto 6.640/2008 do Presidente da República já deu tratamento adequado à matéria, não sendo adequado um projeto que regule algo que já é alvo de norma infralegal sem acrescentar nenhum dispositivo significativo. Lembrou, ainda, que já existe o Programa Nacional de Conservação do Patrimônio Espeleológico, criado pelo MMA - Ministério do Meio Ambiente em 2009, que visa criar 30 unidades de conservação.

A CNI é divergente à proposição pelos mesmos motivos apresentados pelo relator, ressaltando a regulamentação da matéria pela Instrução Normativa nº 02/2009 do MMA que traz a metodologia técnica e científica apropriada para a análise da relevância das cavidades naturais. Cumpre lembrar que a proibição do licenciamento ambiental de atividades na zona de preservação da APA portadora de sítio espeleológico, como proposto, inviabilizaria até mesmo atividades que não causam impacto ambiental e que hoje lhe trazem os principais benefícios, como ecoturismo e pesquisa científica.

O projeto tramitará ainda pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) e de Constituição e Justiça (CCJC), sujeito à apreciação conclusiva pelas Comissões.

Fonte: CNI

Economia Verde será debatida na Comissão de Finanças com a participação da CNI

A Comissão de Finanças e Tributação (CFT) da Câmara dos Deputados aprovou a realização de audiência pública para debater a economia verde no âmbito da economia brasileira, atendendo a requerimento do deputado Cláudio Puty (PT/PA). A audiência será conjunta com a Comissão de Meio Ambiente (CMADS) e discutirá questões relacionadas ao uso de instrumentos tributários na estruturação de incentivos ao desenvolvimento da economia verde no Brasil.

A CNI foi convidada a participar da audiência, que também terá como convidados representantes dos Ministérios da Fazenda (MF) e do Meio Ambiente (MMA), do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), além do Ministro Eros Grau e dos professores Ricardo Abramovay (USP) e Carlos Eduardo Freitas Young (IEUFRJ).

A audiência ainda não tem data marcada.

Fonte: CNI

Comissão rejeita isentar reforma de pneu de taxa ambiental

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável rejeitou o Projeto de Lei 136/11, do deputado Weliton Prado (PT-MG), que isenta o recondicionamento de pneus da

cobrança da Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental (TCFA). A proposta altera dispositivos da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81).

A recomendação do relator, deputado Sarney Filho (PV-MA), foi pela rejeição da proposta. O parlamentar argumentou que a indústria de reconstrução de pneus faz uso de recursos naturais e é potencialmente poluidora.

“Ela obriga o Ibama a exercitar seu regular ‘poder de polícia para controle e fiscalização das atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais’, exercício este que configura o fato gerador da TCFA”, afirmou o relator.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

[Gestão de Resíduos Sólidos](#)

CCAS rejeita projeto sobre recolhimento e destinação final de pilhas e baterias usadas

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado Federal aprovou parecer do senador Cyro Miranda (PSDB/GO) pela prejudicialidade, e conseqüente rejeição, do PLS 714/2007. O projeto, de autoria do senador Gerson Camata (PMDB/ES), dispunha sobre o recolhimento das unidades usadas por comerciantes de pilhas e baterias, a devolução aos fabricantes ou importadores e a informação aos consumidores a ser incluída no rótulo das embalagens, sob pena de sanções administrativas em caso de descumprimento. Em seu parecer, o relator conclui que os objetivos do projeto já estão contemplados na Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) e nas normas infralegais estabelecidas pelo Conama e, portanto, que não há inovação jurídica com relação às normas já aprovadas pelo Congresso Nacional.

A CNI era divergente à proposição, por considerar, igualmente, que a PNRS, de data posterior à da proposição, já estabelece que a normatização do sistema de logística reversa para pilhas e baterias se dê por acordo setorial no âmbito do Comitê Orientador de Logística Reversa do Poder Executivo e seus grupos de trabalho temáticos. O texto também contraria a lei ao imputar a responsabilidade pós-consumo

apenas a fabricantes e importadores, enquanto a PNRS estabelece de forma clara que a responsabilidade da implantação da logística reversa será compartilhada entre fabricantes, importadores, distribuidores, consumidores e o Poder Público. Por fim, acredita que já existe segurança jurídica uma vez que a matéria é normatizada pela Resolução CONAMA nº 401/2008, que atende aos mecanismos, obrigações e competências dispostos no PLS 714/2007, tornando o projeto de lei efetivamente desnecessário.

O projeto tramitou pelas Comissões de Meio Ambiente (CMADS) e de Assuntos Econômicos (CAE) com parecer favorável, mas estava sujeito à apreciação pela CAS, cabendo a esta a decisão terminativa. Será aberto prazo para recurso ao Plenário e, em não havendo, o projeto será arquivado.

Fonte: CNI

Tributos

CNI participa de debates sobre as Medidas Provisórias que integram o Plano Brasil Maior 2

Aconteceu reunião conjunta das Comissões Mistas do Congresso Nacional destinadas a analisar as Medidas Provisórias nº 563 e 564 que integram o Plano Brasil Maior 2. Compareceram à audiência pública, além dos parlamentares integrantes das comissões Mistas, os representantes do BNDES, Sr. João Carlos Ferraz, da CNI, Sr. Flávio Castelo Branco e do DIEESE, Sr. Fausto Augusto Júnior.

Flávio Castelo Branco, Gerente-Executivo de Política Econômica da CNI, inicialmente, fez uma avaliação geral das Medidas Provisórias 563 e 564, onde ressaltou que mesmo sendo positivas, podem ter seus efeitos potencializados por aperfeiçoamentos, que devem ter como objetivo a melhoria da competitividade. Ressaltou, em sua exposição, os problemas que impactam a competitividade dos produtos brasileiros, destacando o custo da energia e os problemas de infraestrutura e logística.

Em seguida, Castelo Branco fez colocações acerca do aperfeiçoamento das Medidas Provisórias 563 e 564, com vistas à melhoria da competitividade. Sobre a desoneração da folha, sustentou que a mudança de base de contribuição patronal deveria ser de caráter opcional para as empresas, pois dependendo da forma como elas operam, pode ser que não seja interessante tal mudança.

Adiante, afirmou que a CNI apoia as seguintes emendas que aperfeiçoam a MPV 563/2012:

- Emenda nº 67: visa equiparação do tratamento tributário de insumos da cadeia do petróleo (nafta e condensados);
- Emendas nº 117 e 118: visam dar maior competitividade aos serviços de engenharia no exterior com suspensão da incidência tributária no fornecimento de bens e serviços;
- Emenda nº 158: visa ampliar escopo com implantação do sistema de crédito financeiro nos tributos federais, evitando cumulatividade;
- Emenda nº 165: visa promover PPPs no âmbito estadual facilitando processo de garantias.

Para a MPV 564/2012, destacou como sugestões de aperfeiçoamento as Emendas 29 e 31.

- A Emenda nº 29 permite à União criar um único fundo garantidor de operações de comércio exterior, a fim de que este sirva de apoio para todas as operações, de modo a promover seu equilíbrio atuarial e a máxima eficiência da utilização dos recursos do fundo. Essa Emenda busca maior eficácia e foco, com maior papel da CAMEX, na concessão de garantias nas operações de comércio exterior.
- A Emenda nº 31 visa promover PPPs no âmbito estadual facilitando processo de garantias Finalizando a sua exposição, o representante da CNI destacou dois pontos que requerem muita atenção, quais sejam: transitoriedade e implementação. Sobre a transitoriedade, disse que as medidas têm prazo determinado e, por isso, geram

incertezas quanto a sua vigência futura. No que tange à implementação, lembrou das dificuldades enfrentadas em programas semelhantes no passado e dos riscos da regulação incorporar exigências que limitam o acesso aos instrumentos.

O representante do DIEESE, Sr. Fausto Augusto Júnior, fez abordagem acerca da importância da indústria para os trabalhadores, enfatizando que é o setor industrial que oferece as melhores condições de trabalho, os melhores salários e o maior número de formalizações de contratos de trabalho. Por fim, externou sua preocupação com o déficit e o financiamento da previdência.

Os relatores deverão apresentar os pré-relatórios na próxima semana. O da MPV 564/2012 será no dia 15/05 e da MPV 563/2012, no dia 17/05, ambos às 14h.

Fonte: CNI

Projeto permite ampliação de gastos de estados e municípios com pessoal

Está em análise na Câmara o Projeto de Lei Complementar (PLP) 164/12, da deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), que altera a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) para excluir os encargos sociais e contribuições previdenciárias dos limites dos gastos com pessoal dos estados e municípios.

O objetivo da proposta é aumentar o limite das despesas com pessoal, evitando assim que estados e municípios descumpram a LRF e sejam punidos com a suspensão do repasse de recursos federais.

A autora do projeto argumenta que o governo vem desonerando a folha de pagamento de diversos setores privados da economia e que essa é uma forma de contemplar também o setor público.

Ela lembra que, por um lado, a LRF só permite um gasto de até 60% da receita corrente líquida com pessoal (o que inclui os encargos) e, por outro, a lei do Fundeb exige que 60% dos recursos do fundo sejam utilizados em pagamento de pessoal.

“As dificuldades de compatibilização dessas duas exigências se ampliam à medida que a receita do estado ou município seja reduzida, e os recursos do Fundeb constituam parcela preponderante dessa receita”, afirma.

Tramitação: A proposta será analisada pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição de Justiça e de Cidadania antes de seguir para o Plenário.

Fonte Agência Câmara de Notícias

Governo Federal estabelece novas regras para a remuneração da Caderneta de Poupança

O Governo Federal, por intermédio da MPV 567/12 publicada em edição extra do DOU do dia 03/05/12, alterou as regras de remuneração da Caderneta de Poupança. As mudanças já valem para os depósitos feitos a partir do dia 04/05.

Em síntese, a alteração das regras de remuneração da caderneta de poupança estabelece que os depósitos efetuados a partir do dia 04/05 estarão sujeitos a dois regimes de remuneração: a) 0,5% ao mês acrescido da Taxa Referencial (TR), desde que a meta da taxa Selic estabelecida pelo Banco Central seja superior a 8,5% ao ano; b) 70% da taxa Selic estabelecida pelo Banco Central, mensalizada, acrescida da TR, quando essa for igual ou inferior a 8,5% ao ano. Os recursos prévios à edição da MPV 567/12 continuarão remunerados pela regra antiga (0,5% ao mês acrescido da TR).

As instituições financeiras ficam obrigadas a segregar, do saldo dos depósitos de poupança efetuados a partir da data de entrada em vigor desta medida provisória, o saldo dos depósitos de poupança anteriores. Caso não haja manifestação formal em contrário pelo titular da conta, os saques em conta de poupança serão debitados: I - inicialmente, do saldo dos depósitos efetuados a partir da data de entrada em vigor desta MP, até seu esgotamento; e II – em seguida, do saldo de depósitos quando efetivamente creditados em conta.

Os demonstrativos de movimentação da conta de poupança evidenciarão ao titular da conta, de modo claro, preciso e de fácil rendimento, os saldos segregados. A instituição financeira deverá disponibilizar o primeiro demonstrativo no prazo de até 30 dias contados da data de entrada em vigor da MP (4/05).

Também caberá às instituições financeiras adotar procedimento interno que assegure remuneração e evolução corretas dos saldos dos depósitos de poupança sob sua responsabilidade, podendo o Banco Central requerer, a qualquer momento, informações sobre o procedimento adotado e sobre a remuneração e evolução dos referidos saldos.

A CNI tem posição convergente à MPV 567/12, pois a medida busca a desindexação da economia. O Copom tem reduzido sistematicamente a taxa de juros de remuneração de seus títulos (Selic) com o intuito de estimular a economia. Com a decisão de abril em reduzi-la em 0,75 ponto percentual, a Selic alcançou 9,00% ao ano. A ata do Copom deu a entender que novos cortes podem ser efetuados.

Mesmo com a última redução, as taxas de juros brasileiras ainda estão entre as maiores do mundo. A rentabilidade legal da Caderneta de Poupança sempre foi um entrave do sistema financeiro brasileiro, pois constitui um fator limitante à redução da taxa Selic. Existe uma situação de piso institucional à queda das taxas de juros básicas, situação que impõe limite à política monetária. Com a vinculação do rendimento na caderneta de poupança à taxa Selic, é possível que se opere uma redução dos juros do crédito, que constitui incentivo ao investimento e, conseqüentemente, impulsiona o crescimento da economia.

A MPV 567/12 deverá ser inicialmente apreciada por uma comissão mista de deputados e senadores, que verificarão a sua admissibilidade. O prazo para apresentação de emendas se encerra no dia 09/05 e a apreciação pelo Congresso Nacional deve ser concluída até a data de 01/07/2012.

Fonte: CNI

Aprovada prorrogação de isenção de tributos sobre pão e trigo

O Plenário do Senado Federal aprovou a Medida Provisória 552/2011, que prorroga a isenção da contribuição do PIS/PASEP e da COFINS para importação e venda no mercado interno do trigo, farinha de trigo e pão comum até dezembro deste ano. A MP, aprovada na forma do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/2012, também ampliou, de R\$ 75 mil para R\$ 85 mil, o valor máximo dos imóveis que podem ser construídos por incorporadoras imobiliárias dentro de um regime especial de tributação do Programa Minha Casa, Minha Vida.

A MP 552/2011 também isenta do PIS/Pasep e da Cofins a importação e a venda no mercado interno de massas alimentícias, como espaguete e lasanha. Essa isenção, porém, vai somente até junho deste ano.

Modificação introduzida na Câmara dos Deputados também incluiu o queijo do reino entre os produtos que terão isenção do PIS/Pasep e da Cofins para importação e venda no mercado interno até o fim do ano.

O governo justificou a redução tributária para trigo, derivados, pães e massas alimentícias como uma forma de segurar seus preços no varejo e, junto deles, a inflação. Já a ampliação do valor dos imóveis teve como justificativa diminuir o déficit habitacional da população de baixa renda, além de estimular a economia e a geração de emprego e renda.

O benefício tributário para a construção de casas prevê o pagamento de uma alíquota única, de 1% da receita mensal recebida, em vez do desembolso das alíquotas referentes ao Imposto de Renda; ao PIS/Pasep; à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); e à Cofins. A ampliação do valor irá gerar uma renúncia fiscal estimada em R\$ 4,89 milhões em 2011 (a MP foi editada em 1º de dezembro do ano passado); R\$ 58,71 milhões em 2012; e R\$ 64,75 milhões em 2013.

Já a desoneração do trigo, derivados, pão e massas irá gerar uma renúncia fiscal estimada em R\$ 813,12 milhões, em 2012; e em R\$ 43,99 milhões, em 2013, uma vez que o imposto de dezembro deste ano será pago no ano seguinte.

Vital importância: O relator-revisor da matéria no Senado Federal, senador Gim Argello (PTB-DF), afirmou que o PLV reduz a carga tributária incidente sobre “dois setores de vital importância para a população como um todo e, especialmente, das pessoas de menor rendimento”. Afirmou que o Programa Minha Casa, Minha Vida “tem se constituído em uma das mais importantes ações do estado brasileiro, ao direcionar recursos públicos para que famílias de baixa renda possam adquirir imóveis para habitação própria”.

O relator enfatizou que já foram construídas 815 mil casas no âmbito do programa. Acrescentou que as modificações propostas pela presidente Dilma Rousseff possibilitarão a construção de mais de 2,4 milhões de casas até 2014.

- Ao aumentar o teto, evita-se o engessamento do programa, na medida em que se continua a estimular a indústria da construção civil. Além disso, asseguraremos que o programa não será inviabilizado por motivos inflacionários – afirmou o relator, acrescentando que a redução de 6% para 1% da alíquota incidente sobre a receita mensal auferida pelas incorporadoras participantes do programa acarreta diminuição significativa do custo da unidade residencial.

O relator questionou o “exíguo prazo” dado à desoneração da Cofins e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre a importação e a comercialização no mercado interno de massas alimentícias, trigo, farinha de trigo, e pão comum. Observou, entretanto, que nova prorrogação de isenção possa vir em outra MP.

Crédito presumido: O relator-revisor elogiou a supressão de artigo que proibia a agroindústria de aproveitar o crédito presumido da Cofins e da contribuição para o PIS/Pasep, quando o insumo agropecuário adquirido fosse empregado em produtos destinados à alimentação humana e animal em relação aos quais não incidam a Cofins e a contribuição para o PIS/Pasep ou que estejam sujeitos a isenção, alíquota zero ou suspensão da exigência dessas contribuições. Crédito presumido é o valor restituído por um imposto pago em duplicidade ou indevidamente, como no caso de produtos destinados à exportação. Na discussão da matéria, o senador Paulo Bauer (PSDB-SC) também elogiou a retirada do artigo da MP, proposta por ele em uma das 126 emendas apresentadas pelos parlamentares à matéria. A supressão foi negociada entre o governo e o relator da MP na Câmara dos Deputados, deputado federal Miguel Correa (PT-MG). De acordo com o parlamentar, após a edição da MP, a razão para avicultura subiu 10%, o que significa o acréscimo de 1% no preço do frango. O parlamentar afirmou que, tão logo a MP seja sancionada, irá apresentar um projeto de resolução “para corrigir o que existe de deficiência financeira nas indústrias desde a edição da MP até à sanção do PLV” – durante esse período, esteve vigente o artigo e, por seis meses, o setor produtivo deixou de aproveitar esses créditos presumidos. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) cumprimentou o senador Paulo Bauer pela iniciativa.

Na discussão dos pressupostos constitucionais, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), embora tenha se pronunciado favoravelmente ao mérito da proposição, salientou que esta trazia “o velho e conhecido contrabando”, ao tratar de assuntos “sem nenhum tipo de conexão temática”. Também criticou o fato de ela chegar ao Senado Federal às vésperas do “prazo fatal” para sua vigência.

A MP foi editada em 1º de dezembro e foi aprovada pela Câmara dos Deputados em 17 abril.

Fonte: Agência Senado

Estados cortam gasto e repasses com fim da ‘guerra dos portos’

Governadores tentarão novos benefícios para manter empresas e evitar mais perdas.

Derrotados em votação no Senado, Santa Catarina e Espírito Santo anunciaram cortes em seus Orçamentos e em repasses para municípios, antevendo perdas de receita.

Os dois Estados e Goiás terão que eliminar, em 2013, incentivos fiscais dados a empresas que importam produtos por seus territórios, a chamada “guerra dos portos”.

Industriais se queixavam que, com os benefícios, os importados pagavam menos imposto do que os produtos feitos no Brasil.

O governo federal pressionou e senadores votaram pelo fim dos incentivos. Santa Catarina e Espírito Santo temem perdas de até R\$ 1 bilhão por ano cada um.

Com isso, o governador catarinense, Raimundo Colombo (PSD), disse que vai enxugar R\$ 100 milhões do Orçamento de 2013.

Estão na lista de corte despesas com terceirizados, aluguel de veículos e programas de computador. Além disso, informou que fará pente fino em licitações que ultrapassem R\$ 1 milhão e em aditivos de obras públicas.

"A resolução impacta nossos orçamentos. A capacidade de investimento já é pequena e temos pouca margem para operar", diz Colombo.

O governador deve se encontrar hoje com empresários para analisar possíveis benefícios às empresas que eram incentivadas e evitar uma debandada. Os demais Estados devem agir da mesma forma.

"O problema não é só perder dinheiro, o problema é perder empregos", resume o secretário de Fazenda de Goiás, Simão Cirineu.

convencimento: O Estado de Goiás não prevê cortes de gastos pois estuda mecanismos para compensar as empresas e mantê-las no Estado: "Os fundos de desenvolvimento regional para o Norte e Centro-Oeste permitem alguns incentivos, vamos examiná-los".

O Espírito Santo já comunicou às prefeituras que os repasses de cerca de R\$ 600 milhões por ano encolherão a um terço em 2013.

Vitória deve perder 21% do que recebe. "A capital perderá boa parte de sua capacidade de investimento", afirma o secretário estadual de Fazenda, Maurício Duque.

A arrecadação do Estado junto às empresas incentivadas deve cair de R\$ 425 milhões para R\$ 140 milhões.

Mas Duque não enumera cortes. Pretende antes levar ao Confaz (Conselho Nacional de Política Fazendária, que reúne secretários de fazenda) pedido para criar incentivos que mantenha as empresas no Estado, reduzindo a perda de receita.

"Os Estados sabem da nossa situação e tenho certeza de que serão solidários", diz.

Os governadores querem ainda que a União honre compensações que foram oferecidas. Santa Catarina pede agilidade em obras de estradas, como a BR-470 [que liga Blumenau a Navegantes]. Já o Espírito Santo negocia a liberação de R\$ 3 bilhões do BNDES para infraestrutura.

Fonte: Blog RT

[Taxas e Juros](#)

Baixar os juros é tarefa de todos

A redução estrutural das taxas de juros no Brasil é tarefa complexa. Para que os resultados sejam consistentes, o esforço deve envolver não apenas governo e bancos. Toda a sociedade precisa abraçar, com urgência, uma agenda de ações em favor da diminuição dos custos de capital para incentivar o crescimento econômico.

Ao cortar os juros básicos (Selic) de 12,5% para 9% desde agosto de 2011, o Banco Central (BC) deu início a um ciclo de queda dos encargos financeiros. Os bancos públicos diminuíram as taxas finais em algumas linhas de financiamento, no que foram seguidos pelos privados.

Tudo isso é benéfico. Mas não pode se restringir a movimento efêmero e de efeitos limitados. O Brasil precisa se engajar numa discussão profunda sobre os motivos de o capital ser tão caro no país. Identificados os problemas, devemos atacá-los de forma eficiente. O país não suporta mais juros tão altos, que encarecem o crédito e sufocam a economia. Eles emperram o consumo, principalmente de bens duráveis, dificultam os investimentos produtivos e minam a competitividade dos nossos produtos.

No Brasil, os juros reais são de 3,4%, o segundo maior nível do planeta - 2014 em 40 países de destaque no mundo, eles ficam numa média de -0,7%. Como reflexo, aqui, a taxa cobrada de empresas com ótima classificação de risco é de 14,6% ao ano. Esse indicador é de 4,25% na Austrália, de 3,25% nos Estados Unidos e de 1% na Zona do Euro. Segundo números levantados pelo BC, as empresas brasileiras pagam 25,2%, em média, nas linhas de capital de giro, 56,6% no desconto de promissórias e 107,2% na conta garantida %u2014 uma espécie de linha direta para suprir eventuais necessidades de curto prazo. Para os trabalhadores, a taxa no crédito pessoal é de 48,8%, atingindo 185% no cheque especial.

Além da Selic, o responsável por esses números totalmente fora dos padrões mundiais é o spread bancário %u2014 diferença entre o custo de captação dos bancos e a taxa cobrada do tomador de empréstimos. Num crescimento mais ou menos contínuo, o spread geral passou de uma média de 23,5 pontos percentuais em dezembro de 2010 para 28,0 em março deste ano. No financiamento às empresas, ele se mantém em alta desde o início da crise, em 2008. Em dezembro de 2007, era de 11,9 pontos e alcançou 18,4 em março. No mês, os bancos captaram a 9,3% e emprestaram às companhias a 27,7%. Para os trabalhadores, a captação também saiu a 9,3% e os empréstimos, a 44,4%, com spread de 35,1 pontos.

Precisamos atacar as causas do fenômeno em todas as frentes, criando condições para a redução dos juros e o aumento do crédito %u2014 hoje, o estoque é de R\$ 2,07 trilhões, o equivalente a 49,3% do Produto Interno Bruto (PIB), medida bastante inferior à dos nossos principais concorrentes. O volume de crédito corresponde a 100,8% do PIB na Coreia do Sul, 130% na China e 200,7% nos Estados Unidos.

Na semana passada, o governo tomou a decisão de alterar a forma de remuneração da poupança para permitir a continuidade da trajetória de queda dos juros. Definiu os rendimentos em 70% da Selic mais a variação da TR quando a taxa básica for igual ou menor a 8,5%. A medida afastou uma limitação para novas reduções dos encargos financeiros, que devem ocorrer, incentivando consumo e investimentos.

Mas ainda é preciso desonerar o custo do capital, reduzindo impostos na intermediação financeira. Essa diminuição dos tributos geraria um aumento no crédito, num efeito semelhante ao estímulo ao consumo após o corte de IPI em eletrodomésticos e automóveis. Além disso, o setor público deve tomar medidas para estimular a competição bancária, como a regulamentação do cadastro positivo. A recuperação de crédito também deve ser facilitada. O depósito compulsório precisa ser reduzido, liberando recursos para empréstimos %u2014 hoje, ele imobiliza R\$ 408 bilhões nos cofres do BC.

Os bancos podem trabalhar na redução dos custos administrativos e na criação de produtos diferenciados para quem oferece pouco risco. Educação financeira é essencial. Empresas e trabalhadores devem conhecer a fundo a estrutura de encargos em suas operações bancárias, buscar melhores condições no mercado e evitar o superendividamento, que pode levar à inadimplência.

Só com esse esforço comum será possível reduzir os juros de forma estrutural. Assim, o Brasil dará saltos maiores na rota do crescimento sustentado. Terá mais investimentos, empregos, qualidade de vida e inclusão social. Nossas empresas serão mais competitivas e nosso mercado consumidor, mais forte. Está na hora de o país declarar uma guerra sem trégua aos juros altos.

Fonte: Blog RT

[Impostos](#)

Estados deverão repartir ICMS da venda pela internet

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou proposição que reparte, entre estados de origem e de destino, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas vendas pela internet. A proposta de emenda à Constituição (PEC 103/2011), do senador Delcídio do Amaral (PT-MS), segue agora para votação em dois turnos pelo Plenário. Se for aprovada, vai para a Câmara dos Deputados.

Hoje, o consumidor de um estado que adquire produto de uma loja virtual em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria. A proposta do relator da PEC, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), é sujeitar essas operações, em que o cliente geralmente não é inscrito no ICMS, ao mesmo tratamento dado às vendas que se realizam entre empresas de estados diferentes.

Quando a operação ocorre entre pessoas jurídicas com inscrição no ICMS, aplicam-se duas alíquotas: a interestadual – paga à secretaria de fazenda da unidade federativa de origem – e a alíquota final, que cabe ao estado para onde a mercadoria se destina.

O substitutivo deixa claro que caberá ao estado de localização do destinatário da mercadoria o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

Rejeição: Renan Calheiros deu parecer contrário a emenda da senadora Marta Suplicy (PT-SP) e dos senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Eles pretendiam que a nova regra se aplicasse não só a operações realizadas de modo não presencial, mas a todas as que destinem mercadorias a consumidores finais.

Segundo os senadores por São Paulo, restringir a aplicação das regras às operações de modo não presencial deixaria de fora algumas hipóteses bastante específicas, como as vendas realizadas por *showroom* em um estado quando a empresa vendedora se localiza em outro.

Na avaliação dos autores da emenda, a restrição abriria espaço a uma nova guerra fiscal, pois tornaria viável que empresas instalassem *showrooms* em um estado e mantivessem

central de distribuição em outro. Essa prática, argumentaram, poderia prejudicar a arrecadação do estado de destino das mercadorias.

Mas Renan Calheiros disse que a emenda, assim como uma proposta de realização de audiência pública sobre o tema, também de autoria dos senadores paulistas, teria a intenção de apenas adiar a votação de sua proposta. Durante a votação, a emenda foi rejeitada.

Equilíbrio: Conforme o relator, a mudança contribui para o equilíbrio entre as unidades federativas e terá grande impacto econômico – a estimativa é de que o comércio eletrônico tenha movimentado R\$ 18,7 bilhões no ano passado. Quando a atual regra foi colocada na Constituição, em 1988, *e-commerce* ainda nem existia.

Duas das propostas de emenda à Constituição – as PECs 56 e 113, de 2011, respectivamente de autoria dos senadores Luiz Henrique da Silveira (PMDB-SC) e Lobão Filho (PMDB-MA) – já previam a aplicação das alíquotas interestaduais no faturamento direto ao consumidor.

A diferença entre elas decorre da abrangência: enquanto a 56 trata especificamente de comércio eletrônico, a de 113 refere-se a todo o comércio interestadual, presencial ou não.

O que Renan Calheiros fez foi juntar um pouco das duas propostas, abrangendo o comércio eletrônico e o comércio feito de forma não presencial, como as encomendas por catálogo ou por telefone.

Repartição: A PEC 103/2011 atribui a uma futura resolução do Senado a definição das alíquotas, propondo percentuais provisórios até que a norma seja editada. Delcídio quer que o estado destinatário da mercadoria fique com 70% do ICMS arrecadado nas operações não presenciais.

Hoje, produtos que saem dos estados mais desenvolvidos, ou seja, os das regiões Sul e Sudeste (exceto Espírito Santo), pagam na origem 7% do ICMS, que corresponde à alíquota interestadual. Os menos desenvolvidos, ou seja, os das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mais Espírito Santo, ficam com uma alíquota interestadual de 12% do ICMS.

O consumidor, quando compra o produto em uma loja, paga para o comerciante, embutido no preço, a alíquota final, em torno de 17% (varia conforme o produto e pode chegar a 25%).

O comerciante, que é o responsável pelo recolhimento do imposto, se credita da alíquota interestadual – já recolhida na origem – e paga apenas a diferença à secretaria da fazenda de seu estado.

Fonte: Agência Senado

Comissão de Justiça aprova a PEC que trata da destinação de ICMS quando o fato gerador se der por comércio eletrônico

Na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, foi aprovado o substitutivo apresentado pelo relator da PEC 56/2011, senador Renan Calheiros (PMDB/AL), que trata da destinação de ICMS interestadual e intermunicipal para o destinatário quando o fato gerador se der por comércio eletrônico.

A PEC 56/2011 estava apensada às Propostas de Emenda Constitucional nº 103 e 133, respectivamente dos senadores Delcídio Amaral (PT/MS) e Lobão Filho (PMDB/MA).

O substitutivo apresentado estabelece que em relação às operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual, quando o destinatário for pessoa física, contribuinte ou não do imposto, e a operação ou prestação ocorrer de forma não presencial ou por meio eletrônico. Caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual; sendo atribuída ao remetente a responsabilidade pelo recolhimento do imposto.

A PEC seguirá para o plenário do Senado Federal.

Fonte: CNI

Política Social

PEC da Música é aprovada na Comissão de Justiça

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal aprovou o parecer do relator da PEC 123/2011, senador Eunício Oliveira (PMDB/CE). Em síntese, a PEC da música, concede imunidade tributária para fonogramas e videofonogramas.

E mesmo com a realização de Audiência Pública no dia de ontem, com participação de representantes do governo e do setor produtivo, onde ficou evidenciada a falta de consenso sobre o texto, a Proposta de Emenda à Constituição 123/2011 foi incluída extrapauta na Comissão de Justiça.

Nos debates de ontem os artistas, a indústria fonográfica e os produtores independentes manifestaram posição favorável à PEC da música. Os representantes da Zona Franca de Manaus são contrários à desoneração, por entenderem que tal medida poderá gerar desemprego.

A CNI tem posição divergente a esta PEC. A proposta viola os compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito dos acordos constitutivos da OMC, pois haveria distinção entre mercadorias produzidas no país e mercadorias não produzidas no país, o que viola a cláusula de tratamento interno nacional. Além disso, a proposta não parece apta a produzir os efeitos que pretende. Primeiro porque a indústria fonográfica e de vídeos está em grande parte situada na Zona Franca de Manaus, onde a tributação já é diminuída. Segundo porque o fenômeno da pirataria não decorre da tributação, mas sim em não pagar os custos de produção da obra, aí inclusos os direitos autorais. A retirada do custo tributário, mesmo que pudesse reduzir à metade o custo das obras, não retiraria a enorme diferença de preço entre o produto pirata e o produto legítimo.

Agora, a PEC 123/2011 seguirá para o plenário do Senado.

Fonte: CNI

Comissão aprova valorização de música regional na lei Rouanet

A Comissão de Educação e Cultura aprovou proposta que autoriza pessoas físicas e jurídicas a utilizar os benefícios da Lei Rouanet (8.313/91) para patrocinar projetos de música regional. Atualmente, a lei permite a captação de recursos somente para música erudita e instrumental.

A mudança proposta permitirá que empresas usem parte do Imposto de Renda devido para incentivar manifestações regionais como o maxixe, o maracatu, a catira e a música nativista gaúcha, entre outras.

O texto estende ainda os benefícios do Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac), regulados pela Lei Rouanet, aos artistas locais e regionais que desenvolvem atividades voltadas para alunos do ensino básico de escolas públicas. O benefício também é válido para entidades sem fins lucrativos de inclusão social de crianças e adolescentes.

Substitutivo: O texto aprovado é um substitutivo do relator deputado Oziel Oliveira (PDT-BA), que incorpora alterações à Lei Rouanet previstas nos Projetos de Lei 3238/08, do Senado, e 2948/08, do deputado Valadares Filho (PSB-SE).

Segundo Oliveira, os dois projetos refletem a preocupação com o artista regional, com a formação musical das crianças e jovens e com o estímulo à diversidade da música nacional. O relator disse que a proposta vai permitir que artistas regionais ganhem mais visibilidade e consigam atrair patrocinadores. “A música local, por melhor que seja, tende a não atrair os grandes investimentos das empresas”, afirmou.

Oliveira lembrou que o projeto que estabelece novas regras para o financiamento da cultura (Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura, Procultura - PL 6722/10), substituindo a Lei Rouanet, ainda está em discussão na Câmara.

Tramitação: O projeto tramita em caráter conclusivo e ainda será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

Relações de Trabalho

Anteprojeto adequará CLT a legislação mais moderna, diz assessora

A assessora do gabinete da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança, Maria Isabel da Silva, afirmou que está sendo preparado um anteprojeto visando a adequar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a outras legislações vigentes. Durante a audiência pública que discute a erradicação do trabalho infantil realizada pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, ela citou como exemplo de contradição o artigo 248 da CLT, que prevê a necessidade de autorização de um juiz para que crianças possam trabalhar sob pena de multa. “Se o trabalho doméstico é proibido, o artigo precisa ser revogado porque se

choca com a legislação e também com os acordos internacionais de que o Brasil é signatário”, afirmou.

Segundo Maria Isabel da Silva, é necessário que o Brasil tenha um sistema de informação que analise os dados que tratem também de questões de gênero, raça e situação socioeconômica das famílias, já que a maioria das crianças que trabalham é formada por mulheres negras.

A procuradora da Procuradoria de Trabalho da 10ª Região Walesca de Moraes Dumont também falou da legislação vigente e da necessidade de se aplicar políticas públicas levando em conta a legislação. Segundo ela, o Ministério Público segue a orientação de exigir judicialmente que as empresas cumpram a meta de aprendizes para que os adolescentes entrem com dignidade no mercado de trabalho.

A representante da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Sandra Miguel Berteli, disse que uma das formas mais perversas de violação dos direitos humanos é o trabalho infantil, que compromete uma fase importante da vida do ser humano. Segundo ela, a criança que entra precocemente no mercado de trabalho fica vulnerável a inúmeros casos de acidente até porque não tem ossos, músculos e órgãos internos plenamente desenvolvidos.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

CE analisa concessão de bolsas de estudo aos trabalhadores pelas empresas

As empresas com mais de cem empregados deverão conceder bolsas de estudo aos seus trabalhadores e dependentes legais, destinadas à sua formação técnico-profissional. É o que propõe o PLS 514/2007, do senador Paulo Paim (PT-RS).

De acordo com o texto original de Paulo Paim, as bolsas se destinavam apenas aos dependentes legais dos trabalhadores. A relatora, senadora Ângela Portela (PT-RR), apresentou emenda estendendo a concessão das bolsas também aos trabalhadores.

O projeto estabelece que as bolsas serão concedidas uma vez ao ano, à proporção de uma para cada grupo de cem empregados e serão oferecidas prioritariamente aos trabalhadores com menores remunerações. As empresas poderão deduzir a totalidade do valor das bolsas concedidas da importância devida a título de contribuição para os Programas de Integração Social (PIS) e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep). A matéria terá decisão terminativa na CE.

Ainda tendo como foco as concessões feitas aos funcionários pelas empresas, os senadores analisarão o PLC 68/2011, que determina que as empresas poderão deduzir do Imposto de Renda os gastos realizados com a formação profissional de seus empregados em cursos de nível médio e superior ou outros cursos e atividades técnico-profissionais.

De acordo com a proposta, a dedução dos gastos feitos com a educação dos funcionários será feita como despesa operacional, na apuração do lucro real, desde que não substituam ou complementem a remuneração devida aos beneficiados, nem sobre eles incidam encargos trabalhistas ou previdenciários.

O relator da proposta, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), apresentou voto favorável ao projeto, por considerar saudável a iniciativa. “Uma vez que o Estado impõe à sociedade pesada carga tributária, é justo que as empresas possam deduzir as despesas que realizarem com a educação profissional de seus empregados”, argumentou em seu relatório.

Fonte: Agência Senado

CAS vota projeto que disciplina o abandono de emprego

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) analisa em decisão terminativa, projeto de lei que autoriza a demissão por justa causa de empregado contratado pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), ou seja, com carteira assinada, que faltar ao serviço por 20 dias consecutivos.

A proposta (PLS 637/2011), de autoria do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), altera o Decreto-Lei 5.452/43 (CLT), para disciplinar o chamado “abandono de emprego”.

Atualmente, lembra Valdir Raupp em sua justificativa, a legislação trabalhista não dispõe a respeito do prazo de ausência injustificada para caracterização do abandono de emprego, cabendo tal tarefa à jurisprudência trabalhista.

A Súmula nº 32 do Tribunal Superior do Trabalho, que tem que tem sido adotada como parâmetro nesses casos, entende que faltar ao serviço por 30 dias consecutivos gera a presunção do abandono do emprego, o que acarreta a demissão por justa causa.

O projeto estabelece ainda que o empregador deverá notificar o empregado pessoalmente ou através do correio, com aviso de recebimento, da aplicação da justa causa por abandono de emprego, caso o trabalhador não retorne à atividade antes de completar os 20 dias de ausência injustificada. Caso o empregado não seja encontrado em seu endereço, deverá o empregador publicar edital de abandono de emprego em jornal de circulação local. O objetivo da medida, explica o senador, é possibilitar ao empregado a apresentação de “justo motivo que tenha inviabilizado o seu comparecimento ao local de trabalho”, afastando-se, com isso, a aplicação da medida extrema de rompimento do vínculo contratual.

Catadores de Papel: A CAS analisa também, em decisão terminativa, o PLS 279/2011, de autoria do senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que inclui o catador de material reciclável entre os segurados especiais da Previdência Social.

A proposição reedita projeto de lei que Rollemberg apresentou em 2009 à Câmara dos Deputados, o qual foi arquivado quando de sua eleição para o Senado, em consequência de disposição do Regimento daquela Casa.

Rollemberg explica que seu projeto visa dar maior eficácia ao princípio da equidade, na forma de participação no custeio da seguridade social.

Como segurados especiais da Previdência Social, os catadores passarão a contribuir com 2,3% do valor bruto da comercialização de sua produção, e não mais serão enquadrados na categoria “contribuinte individual”, cuja contribuição é maior, correspondente a 11% sobre o valor do salário mínimo.

“Estima-se que existam hoje no Brasil, mais de 500 mil pessoas que trabalham com a coleta de lixo para sobreviver, dois terços situados no estado de São Paulo. Um dia de trabalho rende aos catadores de R\$ 2,00 a R\$ 5,00, dependendo da quantidade e do tipo de material que recolhem”, informa o senador em sua justificativa.

Fonte: Agência Senado

Álvaro Dias propõe igualar remuneração do FAT, FGTS e poupança às taxas de juros do mercado

Adotar para o FGTS, o FAT e a poupança as mesmas taxas de juros de longo prazo praticadas pelo mercado. A proposta, apresentada pelo economista Pécio Arida, um dos formuladores do Plano Real, em seminário no ano passado, no Rio de Janeiro, foi endossada em Plenário pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). O parlamentar comparou as taxas de juros do mercado com a remuneração do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da poupança. Álvaro Dias comentou a decisão do governo alterar as regras de rendimento da poupança e disse faltar ousadia do governo em relação aos bancos.

- A sugestão de Pécio Arida é tão singela quanto inovadora. O resultado seria a multiplicação do patrimônio dos trabalhadores, um aumento considerável da poupança doméstica e a redução de tributos, como Pis/Pasep – explicou o parlamentar, segundo o qual o economista propõe “promover o bem geral em detrimento de privilégios localizados, uma vez que, hoje, os mecanismos de crédito dirigido penalizam fortemente os trabalhadores”.

A proposta foi apresentada no seminário A Nova Agenda – Desafios e Oportunidades para o Brasil, realizado no final de 2011, no Rio de Janeiro.

- Esse governo foi mais ousado do que os outros. Mas ousadia com os pequenos? Eu prefiro a ousadia diante dos grandes, dos poderosos. Não gostaria de dizer que ousadia em excesso em relação aos pequenos é covardia, mas certamente diria que ousadia em relação aos poderosos é grandeza – afirmou Álvaro Dias.

No seminário, segundo o senador, Arida afirmou que ter “convicção de que essas mudanças gerarão redução nas taxas de juros praticadas pelo Banco Central, melhorarão a distribuição de renda e aumentarão a poupança doméstica e, portanto, o potencial de crescimento do país”.

O senador disse que Arida chamou atenção para a importância dos três sistemas, que são as principais fontes públicas de crédito. A poupança lastreia os empréstimos do Sistema Financeiro de Habitação, o FGTS provê boa parte dos empréstimos da Caixa Econômica Federal e de alguns outros bancos oficiais e os recursos do FAT, que é um fundo de natureza contábil, abrange parte das operações de empréstimo do BNDES e programas governamentais do Banco do Brasil e do Ministério do Trabalho.

“Eles são formas de captação baratas, ou seja, que são emprestadas com recursos abaixo do praticado no mercado. Tais fundos fornecem recursos a baixo custo a apenas alguns grupos

eleitos e remuneram mal a massa de trabalhadores e poupadores brasileiros”, afirmou Álvaro Dias citando as palavras de Arida na ocasião.

Fonte: Agência Senado

TST afasta vínculo de emprego de terceirizado

Por reconhecer a licitude de terceirização, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho negou pedido de reconhecimento de vínculo de emprego. O afastamento de vínculo foi decidido contra um trabalhador terceirizado da Brasil Telecom S.A. que tinha como atividade a programação e conserto de falhas dos equipamentos através de reclamações de clientes. A 7ª Turma, amparada na Súmula 331, item IV, excluiu a concessão de benefícios concedidos aos empregados da empresa de telefonia, mas declarou sua responsabilidade subsidiária pelo pagamento das parcelas deferidas ao trabalhador na ação trabalhista.

Segundo o voto do relator, ministro Pedro Paulo Manus, as atividades executadas pelo funcionário eram semelhantes àquelas desenvolvidas pelos instaladores e reparadores de linhas telefônicas. Para ele, as tarefas, mesmo executadas em benefício exclusivo da empresa de telefonia, estariam restritas à "intermediação da comunicação entre a empresa de telefonia e os clientes, não se inserindo na atividade fim da tomadora de serviços". Essa circunstância autorizaria a declaração de inexistência de vínculo de emprego entre o funcionário e a Brasil Telecom.

Em seu recurso ao TST, a Brasil Telecom sustentou que, com base nos artigos 94 e 117 da Lei 9.472/1997 (Lei Geral das Telecomunicações), a terceirização teria ocorrido de forma lícita, não cabendo, assim, o reconhecimento do vínculo.

A decisão reformou o entendimento do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR) que havia reconhecido o vínculo com o entendimento de que a contratação através de cooperativa e, depois, por meio de prestadoras de serviços teria ocorrido de forma fraudulenta. *Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.*

Processo RR-113100-24.2007.5.09.0094

Fonte: Blog RT

60% dos registros em ponto eletrônico não têm valor, diz CNI

A Confederação Nacional da Indústria estima que 60% dos registros da jornada de trabalho de 565 000 empresas privadas estão desenquadradas das novas regras do ponto eletrônico. Há um mês, o Ministério do Trabalho exige a instalação de um aparelho chamado de Registrador Eletrônico de Ponto. Sem ele, sistemas próprios das empresas, como catracas, registro à distância ou controlados pelo computador, são considerados inválidos. As únicas alternativas aceitas para substituir o Registrador são os pontos manuais ou mecânicos. Cerca de 28 milhões de trabalhadores entre os 35 milhões com carteira assinada são afetados pela medida.

Para as empresas, o risco é ser multada em caso de fiscalização. O valor é variável conforme o número de empregados. A CNI e as centrais sindicais têm um encontro agendado com o Ministério do Trabalho na próxima semana. O objetivo é criar um grupo de discussão que possa encontrar uma solução válida para empresas e trabalhadores e que leve em conta o uso das novas tecnologias. A estimativa é que 1 milhão de aparelhos são necessários para atender as novas regras. O Ministério do Trabalho aprovou 29 fabricantes para montar o registro eletrônico.

Fonte: Exame

A reforma trabalhista

No embalo das comemorações do dia 1.º de Maio realizadas pelas centrais sindicais, o governo confirmou que vem negociando com elas um projeto de lei com o objetivo de modernizar a anacrônica Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), editada em 1943, pelo ditador Getúlio Vargas, removendo com isso os entraves legais que impedem a flexibilização dos acordos entre empresas e sindicatos.

O projeto, que está em fase final de análise pela assessoria jurídica da Casa Civil, segue a mesma diretriz das propostas que foram concebidas pelos governos Fernando Henrique e Lula, permitindo que o que for negociado por patrões e empregados prevaleça sobre o legislado. As propostas de reforma da CLT enviadas ao Congresso pelo presidente Fernando Henrique Cardoso não foram aprovadas por causa da posição do PT. Já as propostas de modernização da legislação trabalhista de Lula, que foram anunciadas em seu primeiro mandato, nem sequer foram encaminhadas ao Legislativo. Desgastado politicamente pela crise do mensalão, o presidente Lula não quis se envolver em temas polêmicos que pudessem prejudicar sua reeleição.

Como o PT está no poder e as negociações com as centrais sindicais conduzidas pelo secretário da Presidência da República, ministro Gilberto Carvalho, estão quase concluídas, o governo acredita que não terá problemas para atualizar uma legislação extensa, detalhista e incompatível com uma economia maior e mais complexa do que a que havia há sete décadas, com um mercado de trabalho cada vez mais diversificado e com as novas técnicas de produção de bens e serviços.

Entre outras inovações, o projeto autoriza o parcelamento das férias em até três períodos. Prevê a redução de 60 para 45 minutos do período de descanso e almoço, desde que haja compensação na jornada. E permite o retorno gradual das mães ao trabalho após o parto em períodos de meio expediente até completar os seis meses de licença-maternidade.

A principal diferença em relação às propostas de Fernando Henrique e Lula é que o projeto do governo Dilma estabelece parâmetros mais rígidos para que o negociado prevaleça sobre o legislado. Para que isso ocorra, por exemplo, as empresas terão de aceitar a instalação, dentro das fábricas e dos escritórios, de comitês eleitos por trabalhadores, que farão a negociação direta com os empregadores. E, por seu lado, os sindicatos trabalhistas não podem ter problemas de reconhecimento, por parte do Ministério do Trabalho.

Com isso, o governo pretende introduzir uma nova figura jurídica na legislação trabalhista - o Acordo Coletivo Especial. Os comitês não poderão eliminar nem reduzir direitos fundamentais previstos no artigo 7.º da Constituição, como 13.º salário, férias anuais remuneradas, descanso semanal remunerado, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e seguro contra acidentes de trabalho. Mas terão autonomia para negociar a aplicação de cada um desses direitos conforme os interesses da categoria e as peculiaridades da empresa. Embora muitos sindicatos trabalhistas há tempos já negociem com as empresas a flexibilização da aplicação desses direitos, os acordos firmados carecem de base legal, podendo ser questionados na Justiça do Trabalho. Para o presidente do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen, o reconhecimento desses acordos - desde que não eliminem ou reduzam os direitos previstos pelo artigo 7.º da Constituição - pode reduzir significativamente o número de ações trabalhistas. Em 2011, só as 1.384 varas trabalhistas julgaram cerca de 2 milhões de processos.

A modernização da velha legislação trabalhista herdada do Estado Novo varguista sempre foi uma reivindicação da iniciativa privada, que a acusa de encarecer a contratação e a demissão da mão de obra. Agora, são as centrais sindicais que se conscientizaram de que a geração de empregos depende do aumento da competitividade da economia, o que exige redução dos custos de produção. Há um consenso entre empregadores e empregados e o governo percebeu isso, quando decidiu patrocinar o projeto de flexibilização da legislação trabalhista.

Fonte: Estadão

Gastos com formação profissional poderão ser deduzidos como despesa operacional na apuração do lucro real

A Comissão de Educação do Senado Federal aprovou, hoje, o Projeto de Lei da Câmara nº 68/ 2011 que permite às empresas deduzir, como despesa operacional, na apuração do lucro real, os gastos por elas realizados com a formação profissional de seus empregados, em cursos de nível médio superior, bem como em outros cursos e atividades de educação profissional previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - artigos 39 a 42). Prevê, ainda, que os gastos não substituem ou complementam a remuneração devida a qualquer empregado beneficiado, não constituem base de incidência de encargos trabalhistas ou previdenciários e a eles não se aplica o princípio da habitualidade.

O texto aprovado estimula as empresas a financiar, parcial ou totalmente, a educação de seus

empregados. Merece destaque na proposta o afastamento expresso da incidência de encargos

trabalhistas sobre despesas com educação, tal medida deverá por fim às discussões judiciais em torno do tema e confere maior segurança jurídica.

A matéria segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS)

Fonte: CNI

Previdência Social

CTASP rejeita obrigatoriedade de informação sobre recolhimento da contribuição previdenciária

Foi rejeitado, hoje, na Comissão do Trabalho o PL 7318/2010 de autoria do deputado Ratinho Junior (PSC/PR), que obriga o empregador a fornecer, mensalmente, ao empregado cópia da guia de recolhimento da contribuição previdenciária, devidamente quitada. O parecer da relatora, deputada Gorete Pereira (PR/CE), pela rejeição foi aprovado contra o Voto em Separado do deputado Assis Melo (PCdoB/RS).

Fonte: CNI

Notícias Estaduais

Assuntos Econômicos

Paraná discute critério sobre doações de terrenos para indústrias

O secretário da Indústria, Comércio e Assuntos do MERCOSUL, Ricardo Barros, participou de uma reunião para discutir a elaboração de uma norma que regulamente a cessão ou doação de terrenos públicos para a instalação de indústrias no Paraná. O encontro aconteceu no Tribunal de Contas do Estado (TCE) e contou com a participação do presidente do TCE, Fernando Guimarães, e de representantes de prefeituras, instituições financeiras e da Procuradoria Geral do Estado.

Durante a reunião, foram levantados temas como hipotecas, licitações e concorrência pública, prioridade para compras, temporalidade das concessões e a ação das companhias de desenvolvimento na aquisição dos terrenos.

"Buscamos a confecção de um termo que padronize o assunto, para garantir segurança jurídica às administrações municipais e instituições financeiras. Queremos definir um critério que possa ser usado em todo o Paraná", afirmou Barros.

"O tribunal vai trabalhar na busca de uma solução que oriente o governo, as prefeituras e as instituições financeiras de como agir com segurança jurídica", disse o presidente do TCE.

"A doação de terrenos pode ser o diferencial na escolha do local de instalação de uma indústria. Esta é uma ação que gera empregos, garante renda e melhora a qualidade de vida da população", destacou o secretário da Indústria e do Comércio de Fazenda Rio Grande, Eloy Khun.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Direito do Consumidor

Defesa do Consumidor discute projetos de lei com setor supermercadista

A reunião da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa discutiu os projetos de lei nº 680/11, de autoria do deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), determinando aos hipermercados e aos supermercados um local de exposição destacado para os produtos orgânicos, e o nº 936/11, dos deputados André Bueno (PDT) e Leonaldo Paranhos (PSC), obrigando aos mesmos estabelecimentos e similares a divulgação em destaque da data de vencimento dos produtos em promoção. Representantes da Associação Paranaense de Supermercados (Apras), da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, do PROCON e de outros órgãos fiscalizadores também estiveram presentes.

As duas propostas deverão receber alterações, principalmente em relação à abrangência e tipificação do empreendimento, substituindo-se a palavra “supermercados” por “estabelecimentos comerciais”, por exemplo. No caso do anúncio do prazo de validade dos produtos em promoção, a intenção é que passem a ser atendidos pela lei somente aqueles com prazo normal de validade a partir de dez dias, desde o anúncio da promoção. “Queremos dar condições para o consumidor tomar conhecimento que aquele produto que está comprando está para vencer”, disse o deputado André Bueno.

Para o presidente da comissão, deputado Leonaldo Paranhos, a discussão com representantes do segmento e dos órgãos de defesa do consumidor é importante, porque permite avaliar a aplicabilidade e viabilidade das futuras leis. “Temos várias leis e muitas não são cumpridas depois. Por hábito, a comissão abre o debate para analisar e aprimorar as propostas. E as sugestões são necessárias. Neste caso, queremos encontrar a melhor maneira para que o consumidor tenha assegurado o direito de ter informações sobre o vencimento dos produtos”, ponderou.

Os deputados Pedro Lupion (DEM) e Rose Litro (PSDB) também participaram da reunião. Na proposta de separação e identificação dos produtos orgânicos nas gôndolas dos supermercados, Lupion entende que já existe a divisão e a orientação sobre a natureza dos produtos. “Entendo que hoje já existe a separação e identificação dos produtos orgânicos. Isso é feito pelos próprios produtores nas suas embalagens. Além disso, os produtos orgânicos sabidamente não possuem agrotóxicos. A expressão ‘agrotóxico’, no texto do projeto, não é mais utilizada para fins de tipificar o uso de produtos químicos nos alimentos, e pode, portanto, ser substituída”, analisou o parlamentar.

Fonte: ALEP

Comissão apresenta emenda contra venda casada em "fast-foods"

A Comissão de Indústria e Comércio Assembleia Legislativa, presidida pelo deputado André Bueno (PDT), apresentou emenda ao projeto de lei nº 694/2011, de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD), que pretende proibir no Paraná a comercialização de lanches compostos por frituras ou alimentos de baixo teor nutricional acompanhados de brindes,

brinquedos ou qualquer outro benefício deste tipo para crianças. A intenção agora é fazer com que os “fast-foods” comercializem separadamente os alimentos dos brinquedos. A comissão já emitiu parecer favorável à iniciativa, incluindo a emenda substitutiva. A proposta também já recebeu parecer favorável no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Fonte: ALEP

[Microempresa](#)

Estado anistia 16 mil contribuintes

Anunciado em fevereiro por lei e regulamentado por decreto, o novo programa de refinanciamento de débitos com a Receita Estadual do Paraná perdoa dívidas de 16 mil contribuintes paranaenses, entre microempresários e autônomos, cujo saldo em 31 de dezembro de 2010 era de até R\$ 10 mil. A remissão representa um volume de R\$ 52 milhões, 0,3% do total de débitos ao estado. A lei propõe também um novo parcelamento de até 120 meses para quem de ve mais – 70 mil contribuintes, com R\$ 17 bilhões em dívidas – e abre a possibilidade para que quem tem precatórios a receber do estado do Paraná possa negociá-los para o pagamento de seus débitos com tributos estaduais de ICMS, IPVA e ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doações). O pedido de parcelamento deverá ser formalizado até 9 de julho de 2012.

O secretário estadual da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, avisa que este será o último parcelamento oferecido pelo governo estadual. A atual equipe não é favorável a reparcelamentos de dívidas por considerá-los pouco eficazes na recuperação de valores. “A anistia aos pequenos devedores faz parte das ações de saneamento das contas do estado que a atual gestão vem executando desde o ano passado”.

O novo programa traz reduções de 65% de multas e 50% de juros (para parcelamentos de até 120 vezes) ou até 95% de multas e 80% de juros (para pagamentos em parcela única).

Como funciona: Para se beneficiar das novas medidas, o contribuinte terá de aderir ao parcelamento – e, ao fazê-lo, admitir a existência da dívida. Quem tem débito constituído até setembro de 2011 pode parcelá-lo em até 120 vezes. Aqueles com débitos criados até novembro de 2009 podem dividir o pagamento em até 60 vezes.

Já quem tiver precatórios para receber e quiser usá-los na negociação de sua dívida deve aderir ao parcelamento em até 60 vezes. A última parcela concentrará 75% da dívida e será o momento de convocação para a negociação dos precatórios com o estado, via uma câmara de conciliação. De antemão, no entanto, o contribuinte deve aceitar 20% de redução no valor de seus papéis. Essa fatia é uma espécie de ágio que o governo estadual está cobrando para permitir o uso dos precatórios nas negociações.

Após a negociação dos precatórios, o contribuinte pode ter ainda uma sobra a pagar, via parcelamento. Se o saldo devedor final for do estado, este deverá devolver o valor ao

cidadão em forma de crédito, para uso em futuras negociações. Desde outubro, o pagamento de pequenos precatórios, de até R\$ 70 mil, estava liberado para pagamento.

A nova lei não garante a inclusão dos credores cessionários, aqueles que compraram precatórios dos credores originais. Em caso de falta de pagamento da primeira parcela da renegociação ou mesmo de três parcelas consecutivas posteriores, o parcelamento será cancelado.

Fonte: Gazeta do Povo

Meio Ambiente

Política Agroindustrial

Comissões discutem inspeção de pulverizadores de agrotóxicos com entidades do setor agrícola

Reunião conjunta da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente e da Comissão de Agricultura da Assembleia Legislativa discutiu o projeto de lei nº 655/11, de autoria do deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), determinando a inspeção periódica dos pulverizadores de agrotóxicos utilizados nas práticas agrícolas no Paraná. A proposta do parlamentar prevê a calibragem do equipamento uma vez ao ano por empresas especializadas e devidamente credenciadas em órgãos na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab) e no Instituto Ambiental do Paraná (IAP).

Segundo o IBGE, o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo: 56% das culturas nacionais são afetadas pelo uso inadequado de defensivos agrícolas. A primeira vítima dos produtos químicos é o próprio lavrador, que muitas vezes manuseia equipamentos inadequados ou mal conservados. A inspeção periódica dos pulverizadores sugere que a verificação seja realizada por empresas que observarão basicamente 15 itens dos pulverizadores. A fiscalização ficará a cargo do IAP, que notificará advertência se eventualmente forem constatadas irregularidades. “O intuito é garantir saúde para o consumidor e economia para o agricultor”, destaca Cheida.

Qualificar operadores: “Toda iniciativa que prevê práticas e intervenções na agricultura é importante. Mas discordamos do projeto, porque a inspeção dos pulverizadores não vai alcançar os objetivos. Defendemos o preparo e a capacitação de quem opera o equipamento, portanto a tônica do projeto deveria ser mudada. É necessária uma política de Estado e um programa contínuo de qualificação dos operadores do equipamento”, afirmou o presidente da Federação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e coordenador da Câmara de Agronomia do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (CREA), Luiz Lucchesi.

As entidades, como a Organização das Cooperativas do Paraná (Ocepar), a Federação da Agricultura do Paraná (Faep) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (Fetaep), chegaram a sugerir a retirada de pauta do projeto. Mas, de acordo com Cheida, presidente da Comissão de Meio Ambiente e autor do texto, novas discussões serão

feitas ainda, bem como a formação de um grupo de trabalho, paralelamente à tramitação do projeto nas comissões temáticas da Casa e posterior apreciação em Plenário.

Para o deputado, o Paraná está na vanguarda, uma vez que o Congresso Nacional já começa a discutir o mesmo tema e os impactos serão mínimos com a calibragem do equipamento em comparação com as perdas ou quebra técnica na aplicação dos produtos químicos na produção. “Promovemos um debate democrático, ouvindo entidades e estudiosos do tema, que puderam apresentar suas posições. O Brasil começa a discutir o assunto e o Paraná está em sintonia com as questões nacionais. Os agricultores vão pagar muito menos para calibrar seus pulverizadores em comparação ao custo do desperdício de defensivos químicos”, comparou Cheida.

Fonte: ALEP

Deputados aprovam projeto que cria carreira própria da ADAPAR

O projeto de lei nº 848/11, oriundo da mensagem governamental nº 74/11, dispendo sobre os cargos e carreiras dos servidores na estrutura organizacional da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (ADAPAR) passou pelo Plenário em segunda discussão, com três emendas. As alterações propostas fazem correções no texto da proposição e incluem na estrutura da Agência os profissionais da área de zootecnia.

Agropecuária: O projeto que trata da ADAPAR, conforme o Governo, “tem por objetivo o fortalecimento da agropecuária paranaense por meio da valorização dos servidores que realizam os serviços públicos estaduais de inspeção e defesa sanitária animal e vegetal”. Para tanto, propõe a criação de carreira própria da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná na estrutura do Poder Executivo, composta pelos cargos de fiscal de defesa agropecuária, com funções singulares de médico veterinário e engenheiro agrônomo, e de assistente de fiscalização da defesa agropecuária, com função multiocupacional de técnico de manejo e do meio ambiente e de técnico de laboratório. O Executivo informa que o provimento de cargos da carreira da ADAPAR ocorrerá paulatinamente, pois os atuais servidores efetivos, no exercício da função de médico veterinário e engenheiro agrônomo, como também os agentes de execução, na função de técnico de manejo e de meio ambiente e técnico de laboratório, alocados no Departamento de Fiscalização e Defesa Agropecuária da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento, em face de experiência e capacitação adquiridas, passarão a desempenhar suas funções junto à ADAPAR em caráter definitivo.

Duas das três emendas aprovadas, uma de autoria do deputado Fernando Scanavaca (PDT) e outra do deputado Péricles de Mello (PT) – ambas com apoio de diversos parlamentares – estabelecem a inclusão dos zootecnistas na estrutura do órgão. Alegam que a fiscalização é uma das atividades da competência desse profissional.

Fonte: ALEP

Primeira diretoria da Agência de Defesa Agropecuária toma posse

O governador Beto Richa empossou os primeiros diretores da Agência de Defesa Agropecuária do Paraná (Adapar). A autarquia foi criada em dezembro de 2011 para executar serviços de fiscalização e inspeção de sanidade agropecuária no Estado.

Segundo o governador, a criação da Agência vai modernizar o sistema de defesa sanitária estadual e garantir a oferta de produtos paranaenses de qualidade nos principais mercados do mundo. “Um objetivo especial é atingir a condição de área livre de febre aftosa sem vacinação. Este é o compromisso que assumi com o setor produtivo”, lembrou Richa.

Richa destacou que entre os objetivos do governo estadual está a reconquista do mercado russo, ampliação da fatia do Paraná nas exportações brasileiras para a China e a abertura do comércio com a comunidade Européia. “Este é um instrumento fundamental para promover a saúde animal e a sanidade vegetal, assegurando que a produção paranaense conquiste os mais exigentes mercados globais”, disse.

Diretoria: A diretoria da Adapar será composta pelo médico veterinário Inácio Afonso Kroetz (diretor-presidente); pelo médico veterinário Silmar Burer (chefe de gabinete); o engenheiro agrônomo Adriano Luiz Ceni Riesemberg (diretor de Defesa Agropecuária); e o engenheiro agrônomo Adalberto Luiz Valiati (diretor Administrativo-Financeiro). O secretário da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara, elogiou a formação profissional dos diretores da Adapar e disse que a escolha dos ocupantes levou em consideração questões técnicas e de qualificação profissional. “São todos profissionais capacitados e com muita experiência”, disse o secretário.

O diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, agradeceu a confiança do governador e do secretário e destacou a importância da criação de uma Agência de Defesa Agropecuária para regulamentar o agronegócio e apoiar os produtores paranaenses. Em discurso, ele definiu as 12 metas prioritárias de sua gestão para a conservação da sanidade animal e vegetal. Entre os itens estão o intensivo controle do trânsito agropecuário, o rigoroso cadastramento das propriedades, a ampliação da fiscalização do comércio de sementes e a orientação para o uso adequado de agrotóxicos.

ADAPAR: De acordo com o secretário Norberto Ortigara, a Adapar vai aperfeiçoar os mecanismos de controle dos rebanhos, emitir guias de trânsito animal pela internet e fortalecer os conselhos municipais de sanidade agropecuária, entre outras ações. “O objetivo é promover um ganho de qualidade para a produção brasileira contribuindo para ampliar as exportações”.

Entre as atribuições da agência está a elaboração do Plano Estadual de Defesa Agropecuária, que seguirá as diretrizes do plano nacional e buscará a inserção do Paraná no mercado nacional e internacional. A Adapar terá ainda um conselho de administração composto por 10 membros, que vai definir as políticas e prioridades da autarquia. Com a posse da diretoria, o governo estadual vai autorizar a realização de concurso público para a contratação de médicos veterinários e engenheiros agrônomos que vão compor a

estrutura da nova autarquia. A legislação que criará os novos cargos será votada pela Assembleia Legislativa ainda nesse mês.

Esses profissionais serão deslocados para atuar nas barreiras interestaduais, fiscalizações volantes, unidades veterinárias e locais que necessitam de recomposição de pessoal para a fiscalização e inspeção de produtos agropecuários.

Currículo: O diretor-presidente da Adapar, Inácio Afonso Kroetz, foi secretário nacional de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento de 2007 a 2011, período em que adquiriu experiência em negociações internacionais sobre questões sanitárias.

Nesse cargo, trabalhou também pelo fortalecimento do sistema agropecuário nacional, por meio de parcerias com os estados, municípios e a iniciativa privada.

Kroetz atuou também na política voltada ao setor avícola e na ampliação do controle e erradicação da febre aftosa nos estados do Norte e Nordeste do País. Foi funcionário de carreira do Instituto Agronômico do Paraná (Iapar), onde ingressou em 1985 e exerceu os cargos de gerente de projeto no programa de Produção Animal e de coordenador da Área de Melhoramento e Reprodução Animal.

veículos: Na solenidade de posse da diretoria da ADapar, o governador Beto Richa entregou 50 automóveis para o Departamento de Economia Rural (Deral), órgão vinculado à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento. Os novos veículos serão utilizados para pesquisa de safra.

Fonte: Agência Estadual de Notícias

Infraestrutura

Seguro-desemprego e acesso a inovação preocupam empresários da construção civil

A Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) reuniu empresários e lideranças de todo o Estado no Fórum Setorial da Construção Civil. Entre as principais preocupações do setor estão o seguro-desemprego, que na avaliação dos empresários contribui com a informalidade e a falta de mão de obra, e o acesso à inovação que, segundo eles, é uma ferramenta ainda distante dos canteiros de obras.

O presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Paraná (Sinduscon-PR), Normando Antonio Baú, destacou, também, a preocupação do setor com o risco jurídico. Na opinião dele, o poder Judiciário monitora cada passo do empresário da construção civil, criando penas e multas que travam o desenvolvimento do setor. “O empresário é tratado como réu. Não temos nenhuma abertura para o diálogo com o Judiciário. Não acordamos pela manhã com o propósito de enganar nossos os brasileiros. Nós estamos no mercado para gerar emprego, renda e contribuir com o desenvolvimento do País”, comenta Baú.

Para o presidente da FIEP, Edson Campagnolo, o setor enfrenta problemas devido ao bom momento que vive. “A construção civil passou ilesa pela crise de 2008 e, ainda que existam

críticas ao governo, programas como PAC e Minha Casa Minha Vida, entre outros, impactaram diretamente no aquecimento do setor”, disse.

Campagnolo também destacou a importância do diálogo e a aliança entre a FIEP, os sindicatos e os empresários. “O Fórum Setorial é o melhor momento para dialogar sobre as necessidades. A FIEP tem feito esforço na defesa dos interesses do setor produtivo paranaense junto aos governos, mas é preciso que todos se envolvam e cada um faça a sua parte”, disse.

Outras demandas, como a capacitação da mão de obra, a transformação do Lactec em um centro de excelência em formação tecnológica aos moldes do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Ponto positivo: Além das demandas do setor, os participantes também destacaram os pontos positivos da atuação do Sistema FIEP. Na opinião dos dirigentes sindicais e dos empresários da construção civil, os programas de capacitação, educação, saúde e segurança do trabalho do SENAI e do Sesi destacam a Federação. Outro aspecto favorável, segundo eles, é a abertura para o diálogo e a aproximação da FIEP com o Sinduscon, na capital e, principalmente, no interior do Estado, que a nova gestão da FIEP tem demonstrado.

Este é o terceiro Fórum da Construção Civil promovido pela FIEP. O setor é um dos que mais cresce no Brasil. Um levantamento feito com dados de 2010 apontou 173 mil empresas e 2,6 milhões de empregos gerados no país. No Paraná, são 15,7 mil empresas e 151 mil trabalhadores.

Além da discussão sobre as demandas do setor, o terceiro encontro de empresários e dirigentes sindicais da construção civil começou com uma visita técnica à fábrica de cimentos Itambé, no município de Balsa Nova. Os participantes puderam conhecer os investimentos da empresa paranaense fundada há 30 anos, que responde por 14% do abastecimento no Sul do Brasil e que está prestes a inaugurar a sua terceira planta fabril.

Fonte: FIEP

[Energia](#)

Deputados aprovam Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis

Os deputados aprovaram em segunda discussão, o projeto de lei nº 082/11, do deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB), instituindo a Política Estadual de Geração Distribuída com Energias Renováveis (GDER) no Estado do Paraná. “O GDER quebra o paradigma da geração de energia apenas através de megaprojetos. Além disso, gera renda para o agricultor e saneamento ambiental de sua propriedade”, defende Cheida, que é presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente da Assembleia Legislativa.

A proposta permite que agricultores comercializem com a Copel a energia elétrica produzida em suas propriedades por meio de fontes energéticas como a hidráulica, biodiesel, biomassa, eólica e solar. O artigo 3º da proposição estabelece o seguinte: “Os organismos de pesquisas, público e privados, receberão incentivos para o desenvolvimento, a inovação e o

uso da Geração Distribuída com Energias Renováveis de pequeno porte para descentralizar o sistema de geração e promover escala industrial viável para as tecnologias e processos que gerem este tipo de energia”.

Fonte: ALEP

Questões Institucionais

FIEP lança Agenda Legislativa da Indústria 2012

A Federação das Indústrias do Paraná (FIEP) lançou a edição 2012 da Agenda Legislativa da Indústria. A publicação traz uma coletânea dos principais projetos de lei de interesse do setor industrial do Estado que tramitam na Assembleia Legislativa, indicando o posicionamento da entidade em relação a cada um deles. Participaram do lançamento empresários, diretores da FIEP, deputados estaduais e federais e o senador Sérgio Souza (PMDB).

Organizada pelo Departamento de Assuntos Legislativos da FIEP, a publicação chega a sua oitava edição. Em 2012, apresenta 40 projetos de lei de autoria de deputados estaduais ou do governo do Estado, que tramitam na Assembleia e são considerados prioritários para o setor industrial paranaense. “Em um ambiente democrático, é ideal que tudo seja feito às claras”, disse o presidente da FIEP, Edson Campagnolo. “Por meio da Agenda Legislativa, apresentamos de forma transparente nossas demandas aos parlamentares”, acrescentou.

Os projetos de lei que compõem a Agenda foram escolhidos entre as 1.029 proposições apresentadas pelos parlamentares no ano passado. Eles estão divididos em sete áreas distintas, todas com influência direta sobre a atuação e a competitividade do setor industrial paranaense. Entre as propostas, cinco se referem a assuntos econômicos, três a infraestrutura, 12 a meio ambiente, uma a responsabilidade social, cinco a tributos, 12 a política social e duas a questões institucionais.

Para Campagnolo, é fundamental que os parlamentares estejam cientes do impacto que as propostas podem causar no setor industrial. “Vivemos atualmente um cenário de desindustrialização no Brasil. O que mostramos é um contraponto a projetos que podem prejudicar ainda mais nossa indústria, além de apoiar propostas que consideramos positivas”, afirmou o presidente.

Junto com a descrição de cada proposta, a Agenda Legislativa mostra se a posição da FIEP é convergente ou divergente em relação ao que diz o texto. Dos 40 projetos destacados, a entidade se coloca favorável a 22, apoia com ressalvas outros quatro e discorda de 14. Todos os posicionamentos da entidade são embasados por pareceres técnicos.

O coordenador do Conselho Temático de Assuntos Legislativos da FIEP, Sebastião Ferreira Martins Júnior, explicou que o objetivo da publicação é fornecer subsídios para que os parlamentares possam analisar os projetos dentro de critérios técnicos. “A FIEP tem como uma de suas missões a defesa dos interesses da indústria. Nesse sentido, no âmbito do Legislativo temos a oportunidade de apoiar projetos que melhoram o ambiente de negócios

no Estado, além do desafio de propor mudanças em projetos que interferem no setor”, afirmou.

Parlamentares: O lançamento da Agenda Legislativa da Indústria 2012 contou com a presença do senador Sérgio Souza, dos deputados federais Osmar Serraglio (PMDB), Alex Canziani (PTB), Rosane Ferreira (PV), André Zacharow (PMDB) e Eduardo Sciarra (DEM), além dos deputados estaduais Elio Rusch (DEM), Teruo Kato (PMDB), Fernando Scanavaca (PDT), Leonaldo Paranhos (PSC) e Luiz Eduardo Cheida (PMDB). Na sequência, a publicação será entregue a todos os deputados estaduais e também à bancada federal.

Segundo Elio Rusch, a publicação é fundamental para que a atuação dos deputados esteja de acordo com os anseios da sociedade paranaense. “É importante que as entidades organizadas do Estado, como a FIEP, deem sustentação ao trabalho dos parlamentares”, disse. “A Agenda Legislativa é um instrumento que ajuda a pautar nossa atuação em prol do desenvolvimento do Paraná”, completou.

Apesar de se referir a projetos de lei que tramitam em âmbito estadual, o deputado federal Osmar Serraglio, coordenador da bancada paranaense na Câmara dos Deputados, afirma que a Agenda Legislativa da Fiep é importante também para orientar a atividade dos parlamentares em Brasília. “Hoje tramitam pelo Congresso mais de 10 mil projetos de lei e cerca de mil medidas provisórias. Por isso, é fundamental que sejamos orientados sobre quais são as prioridades e as dificuldades enfrentadas pelo setor industrial”, afirmou.

A opinião é compartilhada pelo senador Sérgio Souza. “Ações como esta, da Agenda Legislativa, mostram os pleitos do setor e a preocupação que existe no país com o processo de desindustrialização. A publicação serve para mostrar o que podemos fazer pela nossa indústria e pelo crescimento do Brasil”, disse.

Fonte: FIEP